

*(Tradução Livre para o Português do Relatório
Originalmente Emitido em Inglês)*

InterCement Participações S.A. e Controladas

*Informações Financeiras Intermediárias
Consolidadas para o Período de Seis Meses
Findo em 30 de Junho de 2013 e
Relatório de Revisão das Informações
Financeiras Intermediárias Consolidadas*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Conselheiros da
InterCement Participações S.A. e Controladas
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias consolidadas da InterCement Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias consolidadas, de acordo com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas internacionais de revisão de informações intermediárias (ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a norma internacional IAS 34.

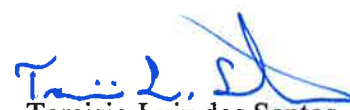
Ênfase

Tais informações financeiras intermediárias consolidadas diferem das demonstrações financeiras estatutárias devido à apresentação destas informações financeiras em Euros (moeda de apresentação), para a conveniência dos leitores que não estão localizados do Brasil. O método utilizado para converter estas demonstrações para a moeda de apresentação está descrito na nota explicativa nº 2.3.

As informações financeiras intermediárias consolidadas foram traduzidas para o português para a conveniência dos leitores no Brasil.

São Paulo, 31 de agosto de 2013


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Tarcisio Luiz dos Santos
Contador
CRC nº 1 SP 207626/O-0

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de euros - t€)

ATIVO	Nota explicativa	30.06.2013	31.12.2012 (Reapresentado)	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30.06.2013	31.12.2012 (Reapresentado)
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	737.432	990.170	Fornecedores		252.896	274.068
Títulos e valores mobiliários	5	88.667	59.724	Debêntures	14	203	219
Contas a receber de clientes	6	257.756	211.124	Empréstimos e financiamentos	13	188.631	202.187
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	(37.629)	(40.033)	Juros acumulados	13 e 14	65.325	59.793
Estoques	7	440.799	420.081	Impostos e obrigações a pagar	12	66.716	59.589
Impostos a recuperar	8	87.755	48.660	Salários e encargos sociais		43.839	51.912
Ativos classificados como mantidos para venda		237	10.587	Dividendos e juros sobre o capital próprio	19	682	1.333
Partes relacionadas	19	924	2.279	Adiantamentos de clientes		12.507	7.415
Outros créditos	9	67.889	48.694	Partes relacionadas	19	1.350	1.134
Total do ativo circulante		<u>1.643.830</u>	<u>1.751.286</u>	Passivo atuarial		898	902
				Outras obrigações	17	29.370	30.598
NÃO CIRCULANTE				Total do passivo circulante		<u>662.417</u>	<u>689.150</u>
Títulos e valores mobiliários	5	907	1.199	NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	6	99	118	Fornecedores		20.536	23.012
Partes relacionadas	19	141	20	Debêntures	14	935.313	1.000.400
Estoques	7	22.270	18.121	Empréstimos e financiamentos	13	2.863.029	2.822.235
Impostos a recuperar	8	30.050	21.785	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	141.796	131.657
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	6.867	6.877	Provisão para reconstituição ambiental	16	46.829	48.625
Depósitos judiciais		18.044	16.784	Impostos e obrigações a pagar	12	8.851	9.717
Outros créditos	9	24.619	13.385	Salários e encargos sociais		2.205	2.747
Investimentos		20.141	36.295	Adiantamentos de clientes		3.845	3.794
Imobilizado	10	2.828.681	2.883.437	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	465.848	480.160
Intangível:				Passivo atuarial		20.793	21.129
Ágio	11	2.348.394	2.490.091	Outras obrigações	17	13.746	16.747
Outros intangíveis	11	248.228	268.206	Total do passivo não circulante		<u>4.522.791</u>	<u>4.560.223</u>
Total do ativo não circulante		<u>5.548.441</u>	<u>5.756.318</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital	20	1.002.749	1.002.749
				Reservas de lucros	20	66.835	66.835
				Ajustes acumulados de conversão		(224.262)	(108.874)
				Prejuízos acumulados		3.968	-
				Patrimônio líquido atribuível aos controladores		849.290	960.710
				Participação não controladora		1.157.773	1.297.521
				Total do patrimônio líquido		2.007.063	2.258.231
TOTAL DO ATIVO		<u>7.192.271</u>	<u>7.507.604</u>	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>7.192.271</u>	<u>7.507.604</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias consolidadas.

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de euros - t€, exceto o prejuízo por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>
RECEITAS	22	1.298.531	625.799
CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS	23	(963.649)	(465.480)
LUCRO BRUTO		<u>334.882</u>	<u>160.319</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas gerais, administrativas e comerciais	23	(155.886)	(50.129)
Outras receitas (despesas), líquidas	23	2.005	(1.438)
Equivalência patrimonial		38	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>181.039</u>	<u>108.752</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Variação cambial, líquida	24	(79.801)	(126.129)
Receitas financeiras	24	32.082	10.891
Despesas financeiras	24	(138.502)	(48.929)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(5.182)</u>	<u>(55.415)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	21	(15.229)	(10.839)
Diferidos	21	(12.605)	(11.288)
PREJUÍZO LÍQUIDO	26	<u>(33.016)</u>	<u>(77.542)</u>
PREJUÍZO ATRIBUÍDO À			
Participação controladora		(401)	(77.357)
Participação não controladora		(32.615)	(185)
PREJUÍZO POR AÇÃO			
Básico/diluído por ação - Euros	26	<u>(1,35)</u>	<u>(3,94)</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias consolidadas.

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de euros - t€)

	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO	(33.016)	(77.542)
Outros resultados abrangentes:		
Ajustes acumulados de conversão	(210.526)	57.005
Instrumentos financeiros de cobertura	253	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(243.289)</u>	<u>(20.537)</u>
Resultado abrangente atribuível à:		
Participação controladora	(110.514)	(20.033)
Participação não controladora	(132.775)	(504)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias consolidadas.

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de euros - t€)

	Capital social	Reservas de lucros		Ajustes acumulados de conversão	Lucros (prejuízos) acumulados	Atribuível a proprietários da controladora	Participação não controladora	Total do patrimônio líquido
		Legal	Investimentos					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	891.324	6.805	151.573	(87.998)	-	961.704	6.661	968.365
Prejuízo do período de seis meses	-	-	-	-	(77.357)	(77.357)	(185)	(77.542)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	1.204	(1.204)	-	-	-
Efeitos da combinação de negócios sobre não controladores	-	-	-	-	-	-	1.435.237	1.435.237
Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	22.017	22.017
Ajustamentos acumulados de conversão	-	-	-	57.324	-	57.324	(319)	57.005
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2012	<u>891.324</u>	<u>6.805</u>	<u>151.573</u>	<u>(29.470)</u>	<u>(78.561)</u>	<u>941.671</u>	<u>1.463.411</u>	<u>2.405.082</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	1.002.749	6.805	60.030	(108.874)	-	960.710	1.297.521	2.258.231
Prejuízo do período de seis meses	-	-	-	-	(401)	(401)	(32.615)	(33.016)
Realização do custo atribuído de ativo imobilizado	-	-	-	(4.369)	4.369	-	-	-
Efeitos da combinação de negócios sobre os interesses de acionistas não controladores	-	-	-	(906)	-	(906)	(1.074)	(1.980)
Transações com acionistas, registradas diretamente no patrimônio líquido	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros-								
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	(5.899)	(5.899)
Ajustamentos acumulados de conversão	-	-	-	(110.113)	-	(110.113)	(100.160)	(210.273)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013	<u>1.002.749</u>	<u>6.805</u>	<u>60.030</u>	<u>(224.262)</u>	<u>3.968</u>	<u>849.290</u>	<u>1.157.773</u>	<u>2.007.063</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias consolidadas.

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de euros - t€)**

	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(33.016)	(77.542)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) operações:		
Depreciação, amortização, exaustão e perdas por imparidade	107.534	29.535
Reversão de provisões para perdas eventuais, líquidas	13.012	(6.584)
Juros, encargos provisionados e variações cambiais	209.494	257.877
Perda (ganho) na venda de ativo permanente	(14.940)	3.091
Equivalência patrimonial - entidades não controladas	(38)	-
Outras perdas (ganhos) operacionais não caixa	2.254	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:		
Partes relacionadas	(1.024)	(492)
Contas a receber de clientes	(51.671)	(15.302)
Estoques	(27.222)	(13.924)
Impostos a recuperar	(28.056)	11.567
Dividendos recebidos	-	-
Outros créditos	(7.937)	(1.104)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Partes relacionadas	(3.845)	-
Fornecedores	(25.919)	(29.398)
Salários e férias a pagar	(2.210)	(2.866)
Outras obrigações e contas a pagar	(45.625)	1.811
Impostos e obrigações a pagar	2.091	636
	<u>92.882</u>	<u>157.305</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(27.107)	(11.193)
Juros pagos	<u>(114.057)</u>	<u>(28.464)</u>
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	<u>(48.282)</u>	<u>117.648</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Resgate (aplicações) de títulos e valores mobiliários, líquido(as)	(3.857)	21.153
Aquisição de imobilizado	(178.768)	(81.576)
Adições ao intangível	(252)	(4.397)
Aumento do investimento	(7.853)	-
Venda de imobilizado	1.769	-
Compra de controlada, líquida do caixa adquirido	-	(991.126)
Outros	226	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(188.735)</u>	<u>(1.055.946)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	219.684	1.735.525
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(200.109)	(90.469)
Dividendos e outros instrumentos de capital próprio	(6.889)	(169)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>12.686</u>	<u>1.644.887</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(224.331)</u>	<u>706.589</u>
VARIAÇÃO CAMBIAL DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(28.407)	(20.245)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	990.170	95.865
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	<u>737.432</u>	<u>782.209</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias consolidadas.

INTERCEMENT PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

INTERMEDIÁRIAS CONSOLIDADAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2013

(Valores expressos em milhares de euros - t€, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A InterCement Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima domiciliada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil, e tem como objeto social participação e investimentos em outras sociedades no Brasil e no exterior. Essas informações financeiras intermediárias consolidadas estão sendo apresentadas em Euros (moeda de apresentação) para a conveniência dos leitores fora do Brasil, principalmente determinados credores e investidores na Europa.

A partir de 12 de maio de 2011, a controlada Cauê Austria Holding GmbH (“Cauê Austria”) tornou-se controladora da InterCement Brasil S.A. (“InterCement Brasil”), em decorrência do aumento de capital realizado pela Companhia, mediante a transferência da totalidade das ações da InterCement Brasil da controladora para a controlada Cauê Austria.

Conforme descrito em detalhe abaixo, durante o ano de 2012 a subsidiária InterCement Austria Holding GmbH (“InterCement Austria”) adquiriu o controle de operações específicas da CIMPOR Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“CIMPOR”).

Em 21 de dezembro de 2012, a subsidiária CIMPOR Cimentos de Portugal, SGPS, S.A. (“CIMPOR”) tornou-se a controladora indireta da InterCement Brasil. Em 28 de fevereiro de 2013 a controlada, Cimpor Cimentos do Brasil S.A. (“CCB”) fundiu seus negócios com a InterCement Brasil. Em 30 de junho de 2012, os acionistas da InterCement Brasil S.A. são Cimpor Inversiones e Cauê Áustria, que possuem participações de 43,22% e 56,78%, respectivamente.

Em 19 de fevereiro de 2013 a InterCement Brasil aprovou a fusão da investida Machadinho Energética SA (“Maesa”) e uma participação de 6,3522% dos ativos e passivos da Maesa foi incorporada pela InterCement Brasil, com base em laudo de avaliação de 15 de janeiro de 2013.

As presentes informações financeiras intermediárias estão sendo elaboradas e apresentadas considerando a Companhia, suas controladas, diretas e indiretas, e controladas indiretas, que representam as atividades produtivas do Grupo InterCement (“Grupo”).

A Companhia, através de suas subsidiárias InterCement Brasil, Loma Negra Compañía industrial Argentina SA (“Loma Negra”) e CIMPOR, tem como atividade principal a fabricação e comercialização de cimento e derivados de cimento, além da extração de minerais utilizados para fabricar estes produtos.

A Companhia possui 40 fábricas de cimento, 137 usinas de concreto, 25 usinas de agregados (todas localizadas no Brasil, na Argentina, em Portugal e no continente africano). Possui, ainda, 1 terminal portuário em Cabo Verde e 7 fábricas que produzem cal, embalagens e argamassa.

A controlada Loma Negra indiretamente detém uma participação de 80% na Ferrosur Roca SA ("Ferrosur"). A Ferrosur administra ferrovias na Argentina, interligando as principais fábricas da Loma Negra.

A Companhia, por meio de sua controlada Camargo Corrêa Escom Cement B.V. ("CCEC"), possui 60% de participação no investimento denominado "Palanca", sociedade criada em 30 de novembro de 2011 entre a CCEC e o Grupo Gema - Empresa de Participações Financeiras e Empreendimentos S.A. ("Gema"), que tem por objetivo a construção, o desenvolvimento e a operação de uma fábrica de produção de cimento e clínquer na Comuna de Hanha, em Angola.

Adicionalmente, a controlada InterCement Brasil possui participações societárias em geradoras de energia elétrica, na modalidade de autoprodutor.

Aquisição de ativos e passivos da CIMPOR

Durante 2012, ocorreram diversas transações societárias, as quais destacamos a seguir:

- 1) Em 30 de maio de 2012, a controlada InterCement Austria Holding GmbH ("InterCement Austria") anunciou uma Oferta Pública Geral e Obrigatória de Aquisição ("OPA"), para a aquisição da totalidade das ações da cimenteira portuguesa CIMPOR, da qual sua controladora Camargo Corrêa S.A., através de sua controlada integral Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l. ("CCCLux"), já possuía 32,9% de participação. O valor da oferta pagou €5,50 por ação.
- 2) Em 20 de junho de 2012, concluiu-se a OPA, que resultou na aquisição de participação adicional de 39,96% do capital social e dos direitos de voto da CIMPOR. Conseqüentemente, a controladora da Companhia e da CCCLux passou a deter, indiretamente, 72,9% das ações da CIMPOR. A Votorantim Cimentos S.A. ("Votorantim") permaneceu com 21,2% de participação na CIMPOR, e a participação restante de 5,9% está diluída entre diversos acionistas.
- 3) Em 25 de junho de 2012, considerando as preocupações levantadas pelo órgão de defesa da concorrência no Brasil e para garantir uma estrutura acionária estável, a controlada InterCement Austria, a CCCLux e a Votorantim negociaram uma proposta de reorganização societária da CIMPOR, que visava segregar os ativos e passivos relacionados às operações de cimento, concreto e agregados na China, na Espanha, na Índia, em Marrocos, na Tunísia, na Turquia e no Peru, o equivalente a 21,2% da dívida líquida consolidada da CIMPOR ("Ativos Destacados"), para transferência para a Votorantim, e a consequente retirada da Votorantim do capital da CIMPOR.
- 4) A proposta de reorganização, que contemplava duas permutas e que estão descritas a seguir, foi concluída em 20 de dezembro de 2012:
 - a) A controlada InterCement Austria transferiu para a empresa controlada pela CIMPOR suas operações de cimento, concreto e agregados no Brasil, na Argentina, no Paraguai e em Angola, recebendo, em contrapartida, os Ativos Destacados da CIMPOR relacionados às operações de cimento, concreto e agregados na China, na Espanha, na Índia, em Marrocos, na Tunísia, na Turquia e no Peru e o equivalente a 21,2% da dívida líquida consolidada da CIMPOR.

- b) Ato contínuo, a InterCement Austria transferiu referidos Ativos Destacados para a Votorantim, recebendo em troca a totalidade da sua participação acionária na CIMPOR.

O valor justo dos ativos e passivos trocadas foram determinados por dois bancos de investimento de renome contratados pela CIMPOR Com base nessas análises, os valores a receber ou a pagar foram devidamente reconhecidos nas demonstrações financeiras. Durante o primeiro semestre de 2013, a administração estabeleceu substancialmente o montante final do valor justo, o que resultou em um aumento no ágio no montante de t€5.439.

- 5) Finalmente, a controlada InterCement Austria passou a deter os ativos da CIMPOR referentes às operações de cimento, concreto e agregados em Portugal, em Cabo Verde, no Brasil, na África do Sul, no Egito e em Moçambique, assim como 78,8% da sua dívida líquida consolidada, desde 30 de junho de 2012, como resultado dos compromissos de reorganização societária assumidos em 25 de junho de 2012. A Companhia decidiu refletir os impactos contábeis desde 30 de junho de 2012.

A seguir, são apresentados as contraprestações transferidas e os valores preliminares reconhecidos de ativos adquiridos e passivos assumidos na data-base 30 de junho de 2012:

Caixa e equivalentes de caixa	541.000
Contas a receber de clientes e adiantamento a fornecedores	180.062
Estoques	207.635
Impostos a recuperar	37.476
Ativo classificado como mantido para venda	41.055
Outros créditos	<u>153.317</u>
Ativo circulante	<u>1.161.215</u>
Impostos a recuperar	11.046
Outros créditos	457.329
Investimentos	21.052
Imobilizado	1.963.893
Intangível	<u>257.567</u>
Ativo não circulante	<u>2.710.887</u>
Fornecedores e adiantamento de clientes	(136.017)
Empréstimos	(1.415.706)
Impostos e obrigações a recolher	(34.846)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais	(655)
Outras contas a pagar	<u>(465.373)</u>
Passivo circulante	<u>(2.052.597)</u>
Empréstimos	(553.871)
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais	(138.931)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(361.988)
Outras contas a pagar	(51.794)
Participação dos acionistas não controladores	<u>(25.706)</u>
Passivo não circulante	<u>(1.132.290)</u>
Valor dos ativos líquidos adquiridos	<u>687.215</u>

A alocação preliminar do preço de compra está demonstrada a seguir:

Valor da contraprestação transferida (a)	1.419.948
Valor da contraprestação dos acionistas não controladores (b)	<u>1.402.638</u>
Total da contraprestação	<u>2.822.586</u>
Valor justo dos ativos e passivos adquiridos, em complemento ao valor histórico demonstrado anteriormente (c)	<u>(687.215)</u>
Ágio preliminar apurado na aquisição	<u>2.135.371</u>

(a) Refere-se à aquisição de 411.075.854 ações por €5,50 por ação.

(b) Refere-se a 255.057.118 ações valorizadas a €550 por ação.

(c) O valor justo dos ativos e passivos adquiridos foi alocado da seguinte maneira:

País	Valor histórico	Imobilizado	Intangível	Impostos diferidos	Líquido
Brasil	-	232.594	171.709	(137.463)	266.840
Egito	-	210.779	-	(52.695)	158.084
Moçambique	-	25.438	1.878	(8.741)	18.575
Portugal	-	146.930	51.589	(57.570)	140.949
África do Sul	-	82.073	19.289	(28.382)	72.980
Saldo inicial	<u>29.787</u>	-	-	-	<u>29.787</u>
	<u>29.787</u>	<u>687.814</u>	<u>244.465</u>	<u>(284.851)</u>	<u>687.215</u>

Os ativos líquidos adquiridos mostrados acima já incluem a mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, que foram concluídas até o final do período de mensuração permitido pela IFRS 3 - Combinação de Negócios, e estão refletidos neste relatório.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 apresentado para fins de comparação, foi reapresentado para incluir os efeitos das avaliações finais realizadas pela Companhia e especialistas externos em relação ao “preço de aquisição” preliminar anteriormente reconhecido, conforme permitido pela IFRS 3 - Combinação de Negócios. Consequentemente, a diferença do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos está demonstrada a seguir:

	31/12/2012		
	Originalmente apresentado	Ajuste do valor justo em 31 de dezembro de 2012	Reapresentado
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	990.170	-	990.170
Títulos e valores mobiliários	59.724	-	59.724
Contas a receber de clientes	211.124	-	211.124
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(40.033)	-	(40.033)
Estoques	420.081	-	420.081
Impostos a recuperar	48.660	-	48.660
Ativos classificados como mantidos para venda	10.587	-	10.587
Partes relacionadas	2.279	-	2.279
Outros créditos	<u>48.694</u>	-	<u>48.694</u>
Total do ativo circulante	<u>1.751.286</u>	-	<u>1.751.286</u>
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	1.199	-	1.199
Contas a receber de clientes	118	-	118.00
Partes relacionadas	20	-	20.00
Estoques	18.121	-	18.12
Impostos a recuperar	21.785	-	21.79
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.341	(464)	6.877
Depósitos judiciais	16.781	-	16.781
Outros créditos	13.385	-	13.385
Investimentos	36.295	-	36.295
Imobilizado	2.758.053	125.38	2.883.437
Intangível:			
Ágio	2.603.896	(113.805)	2.490.091
Outros intangíveis	<u>212.145</u>	<u>56.061</u>	<u>268.21</u>
Total do ativo não circulante	<u>5.689.139</u>	<u>67.176</u>	<u>5.756.318</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>7.440.425</u>	<u>67.176</u>	<u>7.507.604</u>

	31/12/2012		
	Originalmente apresentado	Ajuste do valor justo em 31 de dezembro de 2012	Reapresentado
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	274.068		274.068
Debêntures	219		219
Empréstimos e financiamentos	202.187	-	202.187
Juros acumulados	59.793	-	59.793
Impostos e obrigações a pagar	59.589	-	59.589
Salários e encargos sociais	51.912	-	51.912
Dividendos e juros sobre o capital próprio	1.333	-	1.333
Adiantamentos de clientes	7.415	-	7.415
Partes relacionadas	1.134	-	1.134
Passivo atuarial	902	-	902
Outras obrigações	<u>30.598</u>	-	<u>30.598</u>
Total do passivo circulante	<u>689.150</u>	-	<u>689.150</u>

	31/12/2012		
	Originalmente apresentado	Ajuste do valor justo em 31 de dezembro de 2012	Reapresentado
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	23.012	-	23.012
Debêntures	1.000.400	-	1.000.400
Empréstimos e financiamentos	2.822.235	-	2.822.235
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	131.657	-	131.657
Provisão para reconstituição ambiental	48.625	-	48.625
Impostos e obrigações a pagar	9.717	-	9.717
Salários e encargos sociais	2.747	-	2.747
Adiantamentos de clientes	3.794	-	3.794
Imposto de renda e contribuição social diferidos	424.092	56.068	480.160
Passivo atuarial	21.129	-	21.129
Outras obrigações	<u>16.747</u>	<u>-</u>	<u>16.747</u>
Total do passivo não circulante	<u>4.504.155</u>	<u>56.068</u>	<u>4.560.223</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital	1.002.749	-	1.002.749
Reservas de lucros	60.533	6.302	66.835
Ajustes acumulados de conversão	<u>(109.246)</u>	<u>372</u>	<u>(108.874)</u>
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	<u>954.036</u>	<u>6.674</u>	<u>960.710</u>
Acionistas não controladores	<u>1.293.086</u>	<u>4.434</u>	<u>1.297.521</u>
Total do patrimônio líquido	<u>2.247.122</u>	<u>11.108</u>	<u>2.258.231</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO	<u>7.440.426</u>	<u>67.176</u>	<u>7.507.604</u>

Consolidação

As informações consolidadas incluem as seguintes controladas diretas e indiretas:

	30.06.2013		31.12.2012	
	Participação - %		Participação - %	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Subsidiárias:				
InterCement Austria Holding GmbH	100,00	-	100,00	-
CIMPOR - Cimentos de Portugal, SGPS, S.A.	-	61,16	-	61,16
Cimpor Inversiones, S.A.	-	61,16	-	61,16
InterCement Austria Equity Participation GmbH	-	61,16	-	61,16
Caue Austria Holding GmbH	-	61,16	-	61,16
InterCement Brasil S.A.	-	61,16	-	61,16
Cauê Finance Limited	-	61,16	-	61,16
CCCimentos Participações Ltda.	-	60,55	-	60,55
Companhia Camargo Corrêa de Energia	-	61,16	-	61,16
InterCement Portugal, SGPS, Lda.	-	61,16	-	61,16
Holdtotal S.A.	-	61,16	-	61,16
Loma Negra C.I.A. S.A.	-	59,67	-	59,67
Betel S.A.	-	59,67	-	59,67
Cofesur S.A.	-	52,31	-	52,31
Compañia Argentina de Cemento Portland S.A.	-	59,67	-	59,67

	30.06.2013		31.12.2012	
	Participação - %		Participação - %	
	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Recycomb S.A.	-	59,67	-	59,67
Compañia Argentina de Cemento La Preferida de Olavarría S.A.	-	59,67	-	59,67
Cementos del Plata S.A.	-	0,45	-	0,45
Yguazu Cementos S.A.	-	42,81	21,71	21,18
Rios Primeira Limitada	-	61,10	-	61,10
Rios Segunda Limitada	-	0,01	-	0,01
Rios Terceira Limitada	-	61,10	-	61,10
Cimpor Portugal, SGPS, S.A.	-	61,16	-	61,16
Cimpor Financial Operations, B.V.	-	61,16	-	61,16
Cimpor Reinsurance, S.A.	-	61,16	-	61,16
Cimpor - Serviços de Apoio à Gestão de Empresas S.A.	-	61,16	-	61,16
Cimpor Tec - Engenharia e Serviços Técnicos de Apoio ao Grupo, S.A.	-	61,16	-	61,16
Kandmad - Sociedade Gestora de Participações Sociais, Lda.	-	61,16	-	61,16
Cimpor Eco, S.L.	-	61,16	-	61,16
Cimpor Trading, S.A.	-	61,16	-	61,16
Cimship - Transportes Marítimos, S.A.	-	36,70	-	36,70
Cecime - Cimentos, S.A.	-	61,16	-	61,16
Cement Trading Activities - Comércio Internacional, S.A.	-	61,16	-	61,16
Cimpor - Indústria de Cimentos, S.A.	-	61,16	-	61,16
Estabelecimentos Social do Norte, S.A.	-	61,16	-	61,16
Cecisa - Comércio Internacional, S.A.	-	61,16	-	61,16
Mossines - Cimentos de Sines, S.A.	-	61,16	-	61,16
Cimentaçor - Cimentos dos Açores, Lda.	-	61,16	-	61,16
Betão Liz, S.A.	-	60,25	-	60,25
Agrepor Agregados - Extração De Inertes, S.A.	-	61,16	-	61,16
Fornecedora de Britas do Carregado, S.A.	-	61,16	-	61,16
Sogral - Sociedade de Granitos, S.A.	-	61,16	-	61,16
Sanchez, S.A.	-	61,16	-	61,16
Bencapor - Produção de Inertes, S.A.	-	45,87	-	45,87
Ibera - Indústria de Betão, S.A.	-	30,58	-	30,58
Prediana - Sociedade de Pré-Esforçados, S.A.	-	61,16	-	61,16
Geofer - Produção e Comercialização de Bens e Equipamentos, S.A.	-	61,16	-	61,16
Sacopor - Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel, S.A.	-	61,16	-	61,16
Ciarga - Argamassas Secas, S.A.	-	61,16	-	61,16
Transviária - Gestão de Transportes, S.A.	-	61,16	-	61,16
Alempedras - Sociedade de Britas, Lda.	-	61,16	-	61,16
Scoreco - Valorização de Resíduos, Lda.	-	61,16	-	61,16
Cimpor Imobiliária, S.A.	-	61,16	-	61,16
Mecan - Manufatura de Elementos de Casas de Construção Normalizada, Lda.	-	61,16	-	61,16
Betofeira - Comércio de Cimentos, Lda.	-	61,16	-	61,16
Sogesso - Sociedade de Gessos de Soure, S.A.	-	61,16	-	61,16
Transformal, S.A.	-	61,16	-	61,16

	30.06.2013		31.12.2012	
	Participação - %		Participação - %	
	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>	<u>Direta</u>	<u>Indireta</u>
Inversiones Filaria, S.L.	-	61,16	-	61,16
Cimpor Egypt for Cement Company, S.A.E.	-	61,16	-	61,16
Amreyah Cement Company, S.A.E.	-	60,63	-	60,63
Amreyah Cimpor Cement Company, S.A.E.	-	60,77	-	60,77
Cement Services Company, S.A.E.	-	60,93	-	60,93
Cimpor Sacs Manufacture Company, S.A.E.	-	61,10	-	61,10
Amreyah Dekheila Terminal Company, S.A.E.	-	60,78	-	60,78
Amreyah Cimpor Ready Mix Company, S.A.E.	-	60,70	-	60,70
Cimpor - Cimentos do Brasil, Ltda.	-	-	-	61,16
Cimentos de Moçambique, S.A.	-	49,93	-	49,93
Cimpor Betão Moçambique, S.A.	-	50,09	-	50,09
Imopar - Imobiliária de Moçambique, S.A.	-	61,16	-	61,16
Cimentos de Nacala, S.A:	-	49,99	-	49,99
Npc - Cimpor (Pty) Limited	-	45,26	-	45,26
Natal Portland Cement Company (Pty) Ltd.	-	61,16	-	61,16
Durban Cement Ltd.	-	45,26	-	45,26
Simuma Rehabilitation Trust	-	15,07	-	15,07
Npc Concrete (Pty) Ltd.	-	61,16	-	61,16
South Coast Stone Crushers (Pty) Ltd.	-	61,16	-	61,16
South Coast Mining (Pty) Ltd.	-	45,26	-	45,26
Eedeswold Highlands (Pty) Ltd.	-	61,16	-	61,16
Sterkspruit Aggregates (Pty) Ltd.	-	61,16	-	61,16
Sterkspruit Concrete (Pty) Ltd.	-	61,16	-	61,16
Durban Quarries (Pty) Ltd.	-	61,16	-	61,16
Cimpor Cabo Verde, S.A.	-	60,02	-	60,02
Cabo Verde Betões e Inertes, S.A.	-	60,02	-	60,02
Indústria de Transformação de Pedras, Lda.	-	60,02	-	60,02
Betões de Cabo Verde, S.A.	-	60,02	-	60,02
Subsidiárias operadas em conjunto:				
BAESA - Energética Barra Grande S.A.	-	5,50	-	5,50
Camargo Corrêa Escom Cement B.V.	-	30,64	-	30,64
Palanca Cimentos S.A.	-	18,39	-	18,39
Eco-Processa - Tratamento de Resíduos Ltda.	-	30,58	-	30,58
Consórcios:				
Consórcio Estreito Energia - CESTE	-	2,72	-	2,72
Consórcio Machadinho	-	3,23	-	-

As controladas foram consolidadas integralmente, com o respectivo cálculo da participação minoritária, quando aplicável. As entidades controladas em conjunto foram reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, e entidades operadas em conjunto foram consolidadas de forma proporcional, incluindo as contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza de cada conta, complementada com as eliminações de: (a) saldos de investimentos e do patrimônio líquido; (b) saldos de contas-correntes e outros saldos, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as companhias, inclusive, caso existam, resultados não realizados; e (c) transações entre as companhias no resultado do exercício. Os balanços patrimoniais das controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente do Euro (em Reais, Dólares norte-americanos, Pesos, Euros e Guaranis), foram convertidos para Euros com base nas taxas de câmbio nas datas de encerramento dos períodos e adaptadas às práticas contábeis internacionais. As demonstrações do resultado das controladas sediadas no exterior foram convertidas para euros com base nas taxas de câmbio médias dos períodos. As diferenças decorrentes da utilização de diferentes taxas de conversão são registradas no patrimônio líquido, na rubrica “Ajustes acumulados de conversão”. Por outro lado, os impactos das variações cambiais sobre ativos e passivos denominados em moedas diferentes da moeda funcional em cada caso foi reconhecido como lucro ou prejuízo das operações.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As informações intermediárias incluem as demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

2.2. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

A participação em consórcios é reconhecida linha a linha nas contas do balanço e da demonstração do resultado da Companhia, na proporção do percentual de participação.

2.3. Moeda funcional, de elaboração e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Euros (moeda de apresentação), para a conveniência dos leitores fora do Brasil, principalmente de certos credores e outros investidores localizados na Europa, e conforme descrito no parágrafo 38 da IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, a Companhia pode apresentar as suas demonstrações financeiras em qualquer moeda. Na aplicação inicial das demonstrações financeiras em euros, os montantes incluídos no patrimônio líquido foram convertidos às taxas de câmbio vigentes na data das transações no período anterior apresentado (1º de janeiro de 2009).

A seguir estão demonstradas as taxas de câmbio utilizadas para a conversão dessas informações financeiras intermediárias:

	<u>1 Euro = R\$</u>
Taxa de fechamento - 31 de dezembro de 2011	2,4342
Taxa de fechamento - 10 de dezembro de 2012	2,6348
Taxa de fechamento - 30 de junho de 2012	2,5606
Taxa de fechamento - 31 de dezembro de 2012	2,6954
Taxa de fechamento - 30 de junho de 2013	2,8827
Taxa de média para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012	2,4172
Taxa de média para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013	2,6697

Na elaboração das informações financeiras de cada uma das entidades do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, em qualquer moeda diferente da sua moeda funcional, são registradas às taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada ano, os itens monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos às taxas de fechamento.

Os ganhos ou perdas cambiais são reconhecidos como lucro ou perda quando obtidos ou incorridos.

Nas informações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das subsidiárias estrangeiras são convertidos para Euros à taxa de câmbio vigente no fim do período de reporte. As receitas e despesas e fluxos de caixa são convertidos utilizando as taxas de câmbio médias para o ano. Os ganhos ou perdas decorrentes de tais conversões são classificados em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido, sendo alocados aos acionistas não controladores, conforme apropriado.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada exercício. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

A controlada Cauê Finance Limited (“Cauê Finance”) é considerada uma extensão das operações da controlada InterCement Brasil, e, conseqüentemente, a moeda funcional daquela controlada é a moeda funcional da controlada InterCement Brasil.

O resumo das principais práticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue:

2.4. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As informações financeiras intermediárias incluem as informações financeiras da Companhia e de suas controladas e operadas em conjunto. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Os resultados das controladas adquiridas durante o período estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição e até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. O saldo dos resultados abrangentes é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações de acionistas não controladores, mesmo se resultar em montante negativo.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis nas informações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis às utilizadas pela Companhia. Todas as transações e saldos de ativos e passivos entre as empresas incluídas nas informações financeiras consolidadas são eliminados integralmente.

2.5. Combinação de negócios

Nas informações financeiras intermediárias, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos por ela na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo, exceto por:

- Ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e a IAS 19 - Benefícios aos Empregados, respectivamente.
- Passivos ou instrumentos de patrimônio relacionados a acordos de pagamento com base em ações da adquirida ou acordos de pagamento com base em ações do Grupo celebrados em substituição aos acordos de pagamento com base em ações da adquirida são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações na data de aquisição.
- Ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas são mensurados conforme essa norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida, quando aplicável, e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e confirmem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outras IFRSs.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição), relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração ou com a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios está incompleta até o exercício findo em que essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores apurados provisoriamente dos itens cuja contabilização está incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide anteriormente), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Em 30 de junho de 2013 a Companhia concluiu a avaliação de toda a contabilização preliminar para determinadas combinações de negócios ocorridas anteriormente.

2.6. Participações em empreendimentos em conjunto (“joint ventures”)

Uma “joint venture” é um acordo pelo qual uma empresa e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a um controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras, estratégicas e operacionais relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Quando uma empresa do Grupo exerce diretamente suas atividades por meio de uma “joint venture”, a participação do Grupo nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas informações financeiras da respectiva empresa e classificada de acordo com sua natureza. Os passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência. Qualquer ganho proveniente da venda ou do uso da participação do Grupo nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação em quaisquer despesas incorridas pela “joint venture” são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para o Grupo e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

Os acordos de “joint venture” que envolvem a constituição de uma entidade separada, na qual cada empreendedor detém uma participação, são chamados de entidades controladas em conjunto.

O Grupo apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas informações financeiras, usando o método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda; nesse caso, o investimento é contabilizado de acordo com a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas.

2.7. Ágio

O ágio resultante da aquisição de controladas ou controladas em conjunto, anteriores à data de transição para a IFRS 3 - Combinação de Negócios, foi calculado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido dos ativos e passivos da entidade adquirida, de acordo com as práticas contábeis vigentes à época.

Já o ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido como um ativo na data em que o controle é adquirido (data da aquisição). O ágio é mensurado pelo excedente da soma das contrapartidas transferidas, pelo montante da participação não controladora e pelo valor justo das participações mantidas anteriormente na adquirida, se houver, em relação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da aquisição.

O ágio não é amortizado, porém, sua recuperação é revisada anualmente. Para fins de teste de recuperação (teste de “impairment”), o ágio é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se beneficiam das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas a testes de redução ao valor recuperável, pelo menos, anualmente ou, mais frequentemente, quando houver indicação de que a unidade possa apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos dessa unidade proporcional ao valor contábil de cada um de seus ativos. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em um período posterior. O Grupo efetuou o teste de “impairment” conforme mencionado na nota explicativa nº 11.

Na venda de uma controlada, o valor de ágio atribuído a essas empresas é incluído na determinação do lucro ou prejuízo na venda.

O ágio existente na controlada InterCement Brasil referente à aquisição da Loma Negra não foi levado às operações da adquirida. Como permitido pela IFRS 1 - Primeira Adoção da IFRS, o ágio existente antes da data de transição pode continuar a ser registrado como um ativo da Companhia e, conseqüentemente, na moeda funcional da adquirente.

2.8. Ativos circulantes mantidos para venda

Os ativos circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando a venda é altamente provável e o ativo circulante (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando o Grupo está comprometido com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando do atendimento aos critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras consolidadas, mesmo que o Grupo ainda retenha participação na empresa após a venda.

Os ativos circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda.

2.9. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.9.1 Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- São transferidos para comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- Não se mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem se mantém controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Grupo.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

2.9.2 Prestação de serviços

A receita de um contrato para prestação de serviço de concretagem é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato.

2.9.3 Receita de juros

Reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.10. Arrendamentos

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os demais arrendamentos são classificados como operacionais.

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos da Companhia e de suas controladas pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente devido ao arrendador é apresentado na demonstração financeira como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes oriundos de arrendamento operacional são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.11. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda, estão incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido ou venda.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

2.12. Subvenções governamentais

Não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

2.13. Estoques

São avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, e, caso os valores de realização sejam inferiores, uma provisão para perda é registrada. O custo de produção é determinado de acordo com o método de absorção de custos. A provisão para obsolescência é constituída com base em análise das perdas históricas e avaliação dos saldos com risco de realização.

2.14. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e de provisão para redução ao valor recuperável de ativos para os bens paralisados e sem expectativa de reutilização ou realização. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem, conforme a nota explicativa nº 3.1.1. A exaustão das minas e jazidas é feita com base no percentual de exploração da mina em relação ao rendimento total esperado durante toda a vida útil. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A Administração da controlada InterCement Brasil não remensurou ativos permanentes da controladora, visto que nos últimos anos houve modernização significativa do processo produtivo.

Adicionalmente, como exigido pela IFRS 1, a controlada InterCement Brasil adotou as IFRSs já apresentadas pela sua controlada indireta Loma Negra e ajustou o custo depreciado para refletir as mudanças nos índices de preços na Argentina, o que representa o custo atribuído (“deemed cost”) na data de transição da Loma Negra, que correspondeu a 1º de janeiro de 2008.

A Administração do Grupo efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não foram identificadas diferenças na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas.

As benfeitorias apenas são registradas como ativo nos casos em que, comprovadamente, aumentem a sua vida útil ou a sua eficiência, traduzindo-se em um acréscimo dos benefícios econômicos futuros.

O imobilizado em curso representa ativos tangíveis em fase de construção/produção, encontrando-se registrados ao custo de aquisição ou produção, deduzido de eventuais perdas. Esses ativos são depreciados a partir do momento em que estão em condições de serem utilizados para os fins pretendidos.

Os ganhos ou as perdas resultantes da venda de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contábil na data de alienação, sendo registrados, pelo valor líquido na demonstração do resultado, como outras despesas ou outras receitas.

Os gastos relacionados à preparação e ao desenvolvimento de minas, incluindo, entre outros, a retirada e a disposição do material denominado estéril e a construção de taludes e rotas, são contabilizados agregando-se o valor das minas e amortizados com base no percentual de exploração em relação ao rendimento total esperado durante a vida útil.

2.15. Ativos intangíveis

2.15.1. Ativos intangíveis adquiridos separadamente

São registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

2.15.2. Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno), é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições:

- Há viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda.
- Há a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- Existe habilidade de usar ou vender o ativo intangível.
- Existe meio pelo qual o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros.
- Há disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- Há habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

2.15.3. Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas informações financeiras intermediárias, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

2.15.4. Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.16. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, ou ainda não disponíveis para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável, pelo menos, uma vez ao ano e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável de bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.17. Provisões

São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando se espera que alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.17.1. Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

2.17.2. Reestruturações

A provisão para reestruturação é reconhecida quando o Grupo tiver um plano formal detalhado para a reestruturação e tiver criado uma expectativa válida nas partes afetadas de que irá realizar a reestruturação começando a implantar esse plano ou anunciando suas principais características àqueles afetados por ela. A mensuração da provisão para reestruturação inclui somente os gastos diretos decorrentes da reestruturação, que correspondem aos valores necessariamente vinculados à reestruturação, e os que não estiverem associados às atividades continuadas da Companhia.

2.17.3. Passivos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios

São inicialmente mensurados pelo valor justo na data de aquisição. No fim de cada exercício, esses passivos contingentes são mensurados pelo maior valor entre o valor que seria reconhecido de acordo com a IAS 37 e o valor inicialmente reconhecido, deduzido da amortização acumulada reconhecida de acordo com a IAS 18 - Receita.

2.18. Reconstituição ambiental e desmantelamento de fábricas

Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstituição ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o desmantelamento de fábricas.

Nesse contexto, são constituídas provisões para fazer face aos custos estimados com a recuperação e reconstituição ambiental das áreas em exploração e com o desmantelamento de fábricas. Essas provisões são registradas de forma simultânea com um acréscimo ao valor do ativo subjacente, tendo por base as conclusões de estudos de recuperação paisagística, sendo reconhecidas em resultados na medida da depreciação dos ativos.

A Companhia e suas controladas têm como prática proceder à remediação progressiva dos espaços libertos pelas pedreiras, procedendo à utilização das provisões que se encontrem constituídas.

2.19. Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

A BAESA - Energética Barra Grande S.A. ("BAESA") possui uma concessão para exploração de empreendimento, outorgada para cada uma das consorciadas, de forma compartilhada. As consorciadas participam na exploração do empreendimento como produtoras independentes de energia. A energia gerada pelo empreendimento é destinada às consorciadas proporcionalmente aos respectivos percentuais de participação no consórcio.

A vigência do contrato de concessão é de 35 anos, contados a partir da data inicial de 14 de maio de 2001.

O contrato de concessão também estabelece que um montante seja pago, pelo UBP, em parcelas mensais proporcionais, a título de concessão onerosa. O UBP é reajustado anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

2.20. Uso de estimativas

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, conforme aplicável, de acordo com o julgamento da Administração do Grupo. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado, a provisão para perdas de bens paralisados, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, o ajuste a valor presente de contas a receber e a pagar, a provisão para perdas e obsolescência de estoques e a provisão para riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. O Grupo revisa as estimativas, premissas, determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado e provisão para perda de estoques anualmente.

2.21. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.21.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado abrangente, porque exclui receitas e/ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis e/ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda é calculada individualmente por cada empresa com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício e disposições legais e tributárias específicas dos países onde estejam sediadas.

2.21.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, nesse último caso apenas quando for provável que a entidade apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. A composição dos impostos diferidos ativos e passivos sobre as diferenças temporárias está demonstrada na nota explicativa nº 21.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, previstas nas legislações tributárias vigentes. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e o Grupo pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

2.21.3. Impostos correntes e diferidos do período

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, caso em que os impostos também são reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios.

2.22. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. O valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, quando aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.23. Ativos financeiros

Estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

2.23.1. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo.
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo.
- For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria.
- O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos.
- Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia e de suas controladas, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base.
- Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

2.23.2. Ativos financeiros disponíveis para venda

Correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.23.3. Empréstimos e recebíveis

Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer redução ao valor recuperável.

2.23.4. Passivos financeiros classificados como outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, incluindo empréstimos, financiamentos e debêntures, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base no encargo efetivo.

2.23.5. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e posteriormente remensurados pelo valor justo no fim de cada exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

2.23.6. Método de juros efetivos

Utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo exercício. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

A receita de juros é reconhecida com base nos juros efetivos para os instrumentos de dívida não caracterizados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

2.23.7. Caixa e equivalentes de caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de 90 dias ou menos, da data da contratação, ou com compromissos de recompra, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor, classificados como empréstimos e recebíveis e, portanto, contabilizados pelo método de “custo amortizado”.

2.24. Contabilização de “hedge”

O Grupo designa certos instrumentos de “hedge”, incluindo derivativos, derivativos embutidos e não derivativos relacionados a risco com moeda estrangeira, como “hedge” de valor justo, “hedge” de fluxo de caixa ou “hedge” de investimentos líquidos em operações no exterior. Os “hedges” para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes são contabilizados como “hedges” de fluxo de caixa.

No início da relação de “hedge”, o Grupo documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de “hedge”. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, o Grupo documenta se o instrumento de “hedge” usado em uma relação de “hedge” é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”.

2.24.1. “Hedges” de valor justo

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como “hedge” de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de “hedge” atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de “hedge” e no item objeto de “hedge” atribuível ao risco de “hedge” são reconhecidas na rubrica da demonstração do resultado relacionada ao item objeto de “hedge”.

A contabilização do “hedge” é descontinuada prospectivamente quando o Grupo cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado ou quando não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. O ajuste ao valor justo do item objeto de “hedge”, oriundo do risco de “hedge”, é registrado no resultado a partir dessa data.

2.24.2. “Hedges” de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como “hedge” de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado na rubrica “Outras receitas (despesas), líquidas”.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de “hedge” é reconhecido no resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de “hedge” resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo.

A contabilização de “hedge” é descontinuada quando o Grupo cancela a relação de “hedge”, o instrumento de “hedge” vence ou é vendido, rescindido ou executado ou não se qualifica mais como contabilização de “hedge”. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

2.24.3. “Hedges” de investimentos líquidos em operações no exterior

Os “hedges” de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizados de forma similar aos “hedges” de fluxo de caixa. Os ganhos ou as perdas no instrumento de “hedge” relativos à parcela efetiva do “hedge” são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos imediatamente no resultado, na rubrica “Outras receitas (despesas), líquidas”. Os ganhos e as perdas do instrumento de “hedge” relativos à parcela efetiva acumulada na reserva de conversão de moeda estrangeira são reclassificados para o resultado na alienação da operação no exterior.

2.25. Juros sobre o capital próprio

São demonstrados como destinação do resultado, diretamente no patrimônio líquido, e os juros recebidos ou a receber de investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas, como crédito de investimento, quando aplicável. Para fins fiscais, os juros sobre o capital próprio são tratados como despesas ou receitas financeiras, reduzindo e aumentando, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social do exercício.

2.26. Licenças de emissão de CO₂ - mercado de emissões

Algumas das unidades produtivas do Grupo em Portugal encontram-se abrangidas pelo mercado europeu de emissões de gases com efeito estufa. Enquanto não é definida pelo IASB uma prática contábil que enquadre o mecanismo de atribuição e transação de licenças de emissão, o Grupo adota a seguinte política:

- As licenças de emissão atribuídas a título gratuito, bem como as correspondentes emissões enquadráveis naquelas licenças, não dão origem ao reconhecimento de nenhum ativo ou passivo.
- Os ganhos decorrentes da venda de direitos de emissão são registrados em resultados operacionais.
- Quando se estima que as emissões anuais de dióxido de carbono (“CO₂”) excedem as licenças anualmente atribuídas, é reconhecido um passivo em contrapartida a “Outros custos operacionais”, o qual é mensurado de acordo com a cotação do fim do exercício.
- As licenças adquiridas são mensuradas ao seu custo de aquisição e reconhecidas como ativos intangíveis.

2.27. IFRSs novas e revisadas que afetam informações divulgadas no exercício corrente (e/ou exercícios anteriores)

As IFRSs novas e revisadas a seguir, vigentes para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013 foram adotadas nestas demonstrações financeiras intermediárias. A adoção de tais IFRSs novas e revisadas não tiveram efeitos materiais nos montantes reportados e/ou divulgados para os períodos/exercícios correntes e anteriores.

IFRS/ IAS/IFRIC	Descrição
IAS 1	Modificações à norma - Apresentação dos Itens de Outro Resultado Abrangente
IFRS 7	Modificações à norma - Divulgação - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros
IFRS 10	(Revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Consolidadas
IFRS 11	(Revisada em 2011) - Negócios em Conjunto - Demonstrações Financeiras Separadas
IFRS 12	Divulgação de Participações em Outras Entidades
IFRS 13	Mensuração do Valor Justo
IAS 19	(Revisada em 2011) - Benefícios a Empregados
IAS 27	(Revisada em 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas
IAS 28	(Revisada em 2011) - Investimentos em Coligadas e “Joint Ventures”
IFRIC 20	Custos de Remoção na Fase de Produção de uma Mina de Superfície

2.28. Normas e interpretações novas ainda não adotadas

IAS 32	Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (1)
IFRS 9	Instrumentos Financeiros (2)
Modificações à IFRS 9 e IFRS 7	Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (2)

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

A Administração da Companhia ainda não avaliou as novas normas, mas não espera impactos significativos.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas em dados históricos e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

3.1. Principais julgamentos na aplicação das práticas contábeis

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das práticas contábeis do Grupo e que afetam significativamente os valores reconhecidos nas informações financeiras intermediárias.

3.1.1. Redução ao valor recuperável do ágio

Para determinar se o ágio apresenta redução ao seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Os detalhes da análise de perda por redução ao valor recuperável estão divulgados na nota explicativa nº 11.

3.1.2. Ativos imobilizados e intangíveis

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto revisam a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível anualmente no fim de cada exercício. A estimativa de vida útil é conforme a seguir:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edificações e outras construções	3 a 50 anos
Máquinas e equipamentos	2 a 50 anos
Veículos	2 a 16 anos
Móveis e utensílios	2 a 33 anos
Minas	(*)
Reservatório, barragens e adutoras	50 anos
Fornos, moinhos e silos	30 a 53 anos
Direito de uso de software	3 a 5 anos

(*) A exaustão de minas é feita com base na produção da mina em relação ao rendimento total esperado para o período em que se espera que a mina seja explorada.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo da rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, conforme a seguir:

	30.06.201 3	31.12.201 2
Caixa e bancos	239.437	192.640
Aplicações financeiras	<u>497.995</u>	<u>797.530</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>737.432</u>	<u>990.170</u>

As aplicações financeiras são representadas como segue:

	30.06.201 3	31.12.201 2
Investimentos de curto prazo em reais	23.566	38.305
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	518.203
Operações compromissadas (a)	184.415	-
Fundos exclusivos:		
Notas do Tesouro Nacional - NTNs “over”	65.140	53.368
Letras do Tesouro Nacional - LTNs	8.817	-
CDBs	12.510	11.254
Fundos de renda fixa	100.769	61.897
Aplicações financeiras em controladas no exterior (b):		
Fundo de investimentos em pesos argentinos	23.566	38.305
Aplicações financeiras em dólares norte-americanos	42.068	8.200
Aplicações financeiras em euros	53.250	77.145
Outras	<u>7.460</u>	<u>29.158</u>
Total de aplicações financeiras	<u>497.995</u>	<u>797.530</u>

(a) Referem-se à operação na qual o banco vende títulos públicos ao cliente, com compromisso de recompra, e o cliente compra com compromisso de revendê-los ao banco, com prazo definido e rendimento prefixado. As taxas de rendimento variam cerca de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

- (b) Em 30 de junho de 2013, as aplicações denominadas em pesos argentinos apresentam rentabilidade aproximada de 17,22% ao ano (12,4% ao ano em 31 de dezembro de 2012) e as aplicações denominadas em dólares norte-americanos apresentam rentabilidade de 0,1% ao ano (0,1% ao ano em 31 de dezembro de 2012) e as aplicações denominados em euros apresentam rentabilidade média de 0,69% ao ano (1,65% em 31 de dezembro de 2012).

As aplicações financeiras têm vencimento original de até 90 dias ou são resgatáveis imediatamente por força de compromisso de recompra pela instituição financeira. Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de mercado, estão classificados como empréstimos e recebíveis e, portanto, contabilizados pelo método de custo amortizado, ou seja, os juros são reconhecidos pela taxa efetiva de cada instrumento, exceto para os fundos exclusivos classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários para fundos exclusivos são classificados como ativos financeiros registrados ao valor justo por meio do resultado e representados como segue:

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Fundos exclusivos:		
Letras do Tesouro Federal - LTFs	38.220	1.673
Letras do Tesouro Nacional - LTNs	582	26.735
NTNs	-	1.448
Debêntures	5.143	4.926
Letra financeira	40.496	26.141
Outros	<u>5.133</u>	<u>-</u>
	<u>89.574</u>	<u>60.923</u>
Total - classificado no circulante	88.667	59.724
Total - classificado no não circulante	907	1.199

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Clientes dos mercados interno e externo	257.937	211.298
(-) Classificadas no não circulante	<u>(181)</u>	<u>(174)</u>
Classificadas no circulante	<u>257.756</u>	<u>211.124</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - no ativo circulante	<u>(37.629)</u>	<u>(40.033)</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - no ativo não circulante	<u>(82)</u>	<u>(56)</u>

O período médio de recebimento da controlada CIMPOR é de aproximadamente 24 dias para cimento, 70 dias para concreto, 124 dias para agregados e 36 dias para argamassa.

O período médio de recebimento na venda de produtos da controlada InterCement Brasil é de aproximadamente 28 dias. São cobrados juros sobre as contas a receber a partir do primeiro dia de vencimento, à taxa de 1% ao mês, reconhecidos no resultado no momento do recebimento do título.

A controlada InterCement Brasil constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa para 100% das contas a receber vencidas há mais de 181 dias, uma vez que, com base no histórico, contas vencidas há mais de 181 dias, geralmente, não são mais recuperáveis, exceto para transações com partes relacionadas.

As controladas CIMPOR e Loma Negra constituem provisão para créditos de liquidação duvidosa para contas a receber com base nos valores irrecuperáveis estimados ou determinados em experiências de inadimplência e na análise da situação financeira atual de cada devedor, considerando, inclusive, as garantias prestadas por tais devedores.

Em 24 de dezembro de 2012, a controlada InterCement Brasil celebrou, com o Banco Itaú BBA S.A. (“Banco Itaú”), Convênio de Cessão de Direitos Creditórios com Coobrigação Parcial e Outras Avenças, no valor de R\$82.450 (t€ 30.024), com vencimento em 24 de dezembro de 2013. A Companhia baixou o valor integral desses recebíveis durante o primeiro semestre de 2013.

Composição das contas a receber por vencimento:

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
A vencer	177.777	126.472
Vencidas:		
0 a 30 dias	14.938	18.822
31 a 60 dias	2.603	3.200
61 a 90 dias	17.635	16.691
91 a 180 dias	9.320	6.210
181 dias ou mais	<u>35.664</u>	<u>39.903</u>
Total	<u>257.937</u>	<u>211.298</u>

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.038
Constituições	3.984
Montantes baixados no exercício como incobráveis	(8.250)
Ganho ou perda de variação cambial	(1.418)
Consolidação inicial da CIMPOR (*)	33.735
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>40.089</u>
Constituições	1.869
Montantes baixados no exercício como incobráveis	(3.382)
Ganho ou perda de variação cambial	(865)
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>37.711</u>

(*) Refere-se à parcela de créditos de liquidação duvidosa dos ativos identificáveis decorrente da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

7. ESTOQUES

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Circulante:		
Produtos acabados	42.363	42.422
Produtos em elaboração	85.994	80.197
Matéria-prima	200.057	199.780
Combustíveis	38.435	44.134
Almoxarifado	76.336	51.492
Adiantamento a fornecedores	6.617	2.534
Embalagem e outros	1.811	11.186
Provisão para perdas	<u>(10.814)</u>	<u>(11.664)</u>
Total	<u>440.799</u>	<u>420.081</u>
Não circulante:		
Almoxarifado	17.708	13.031
Provisão para perdas	(1.763)	(1.907)
Adiantamentos a fornecedores	<u>6.325</u>	<u>6.997</u>
Total	<u>22.270</u>	<u>18.121</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	45.099	27.134
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	25.098	12.888
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a recuperar	25.259	7.595
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	8.094	2.570
Imposto sobre Valor Agregado - IVA	11.870	17.414
Impostos antecipados e outros	<u>2.385</u>	<u>2.844</u>
Total	<u>117.805</u>	<u>70.445</u>
Classificados no circulante	87.755	48.660
Classificados no não circulante	30.050	21.785

A Administração da Companhia e de suas controladas estima que a compensação dos impostos a recuperar de longo prazo será realizada conforme a seguir:

Exercício

2014 (seis meses)	19.802
2015	3.319
2016	1.475
2017	201
Após 2017	<u>5.253</u>
Total	<u>30.050</u>

9. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Circulante:		
Adiantamento a fornecedores	20.778	18.437
Outros créditos com terceiros	18.134	19.158
Contas a receber de consórcios	10.146	7.451
Despesas pagas antecipadamente	<u>18.831</u>	<u>3.648</u>
Total	<u>67.889</u>	<u>48.694</u>
Não circulante:		
Contas a receber por contratos de arrendamentos	8.967	8.587
Outros créditos com terceiros	13.425	3.838
Outros	<u>2.227</u>	<u>960</u>
Total	<u>24.619</u>	<u>13.385</u>

10. IMOBILIZADO

	<u>30.06.2013</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>
Terrenos	243.645	(8.309)	235.336
Edifícios	675.097	(231.729)	443.368
Máquinas e equipamentos	1.969.453	(442.058)	1.527.395
Veículos	142.623	(45.909)	96.714
Móveis e utensílios	25.046	(15.969)	9.077
Minas e jazidas	49.432	(17.434)	31.998
Reservatório, barragens e adutoras	94.375	(13.009)	81.366
Outros	12.576	(3.458)	9.118
Peças de reposição	5.563	-	5.563
Adiantamento a fornecedor	100.991	-	100.991
Imobilizado em andamento	<u>287.755</u>	<u>-</u>	<u>287.755</u>
Total	<u>3.606.556</u>	<u>(777.875)</u>	<u>2.828.681</u>
	<u>31.12.2012</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Residual</u>
Terrenos	249.310	(3.944)	245.366
Edifícios	654.174	(233.409)	420.765
Máquinas e equipamentos	2.059.847	(403.441)	1.656.406
Veículos	147.096	(43.408)	103.689
Móveis e utensílios	26.308	(15.862)	10.446
Minas e jazidas	49.442	(16.363)	33.079
Reservatório, barragens e adutoras	84.357	(8.877)	75.480
Outros	11.747	(2.884)	8.863
Peças de reposição	4.313	-	4.313
Adiantamento a fornecedor	52.266	-	52.266
Imobilizado em andamento	<u>272.764</u>	<u>-</u>	<u>272.764</u>
Total	<u>3.611.624</u>	<u>(728.188)</u>	<u>2.883.437</u>

O Grupo capitalizou, durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, encargos financeiros, no montante de t€ 2.927 (t€3.379 durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2012), na rubrica “Imobilizado em andamento”.

De acordo com o Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados à UHE Barra Grande, inclusive terrenos, registrados na controlada indireta operada em conjunto BAESA, no montante aproximado de t€34.610, considerando a participação da controlada InterCement Brasil naqueles ativos, depreciados linearmente pelo prazo de concessão, passarão ao final da concessão em 2036 a integrar o patrimônio da União.

Nas rubricas “Máquinas e equipamentos” e “Veículos” existem, em 30 de junho de 2013, bens que foram adquiridos para as unidades de produção de concreto localizadas nos Estados de São Paulo e Pernambuco, por meio de contratos de financiamento (FINAME), os quais são garantidos pelos próprios bens financiados. O financiamento original correspondeu a 90% do valor total dos bens e, em 30 de junho de 2013, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13, o saldo a pagar à FINAME é de t€7.352 (t€1.977 em 31 de dezembro de 2012).

Na controlada CIMPOR, durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, os ativos imobilizados em andamento e os adiantamentos a fornecedores incluem os valores incorridos com a construção e melhoria de instalação e equipamentos nas unidades produtivas, essencialmente nas áreas de negócios do Brasil (t€274.215 fábricas de Caxitu e Cezarina), Moçambique (t€27.223 fábrica de cimento de Dondo) e Egito (t€44.134 na renovação da segunda linha).

As operações no Egito podem ser afetado negativamente, como resultado da agitação política atual do Egito, o que resultou em agitação civil generalizada, o extremismo e a deterioração das relações diplomáticas gerais na região. Não está claro se a turbulência política no Egito irá diminuir no futuro próximo. A incerteza provocada pela agitação contínua no Egito provavelmente continuará a diminuir a atividade econômica geral naquele país, afetando negativamente a demanda por produtos da Companhia. Em 30 de junho de 2013 a administração não identificou qualquer razão para reconhecer perda por redução ao valor recuperável adicional.

De acordo com a IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 30 de junho de 2013 não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de avaliar eventual redução do valor contábil do imobilizado e intangível ao seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2012 a análise de recuperação dos ativos imobilizados de Portugal e Egito geraram perdas no valor total de t€6.223.

A movimentação do imobilizado para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 é como segue:

	Terrenos	Edifícios	Maquinas e Equipamentos	Veículos	Minas e jazidas	Móveis e utensílios	Peças de reposição	Adiantamentos a fornecedores	Imobilizado em andamento	Reservatórios, barragens e adutoras	Outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	72.110	194.334	334.305	50.740	36.948	6.853	6.026	16.643	143.199	83.553	9.190	953.901
Adições	1.131	3.722	16.777	1.984	4.566	348	362	67.600	192.537	3.239	6.709	298.975
Baixas (e)	(12.754)	(6.026)	(2.120)	(1.757)	(1.550)	(72)	(419)	(515)	(855)	-	(57)	(26.125)
Depreciação	(3.854)	(21.639)	(83.807)	(9.738)	(3.057)	(2.340)	-	-	-	(1.518)	(4.811)	(130.764)
Transferências	15.549	41.635	188.931	11.735	887	1.271	1	(76.391)	(178.171)	(1.696)	(3.751)	-
Variação cambial (a)	(15.282)	(30.516)	(120.473)	(7.818)	(4.715)	(1.021)	(1.657)	(3.909)	(20.269)	(8.098)	(1.190)	(214.948)
Aquisição adicional de participação acionária (c)	-	294	1	24	-	17	-	-	38.134	-	36	38.506
Consolidação inicial da CIMPOR (d)	188.466	238.961	1.322.792	58.519	-	5.390	-	48.838	98.189	-	2.737	1.963.892
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>245.366</u>	<u>420.765</u>	<u>1.656.406</u>	<u>103.689</u>	<u>33.079</u>	<u>10.446</u>	<u>4.313</u>	<u>52.266</u>	<u>272.764</u>	<u>75.480</u>	<u>8.863</u>	<u>2.883.437</u>
Adições	5.279	43	47	121	3.626	21	691	94.122	93.178	269	3.834	201.231
Baixas (e)	(1.059)	(356)	(64)	(429)	(6)	(3)	-	-	(13)	-	(2)	(1.932)
Depreciação	(4.550)	(14.269)	(68.182)	(7.299)	(2.372)	(1.368)	-	-	-	(1.027)	(2.135)	(101.202)
Transferências	1.728	54.456	31.415	5.185	90	574	936	(38.340)	(62.052)	6.789	(781)	-
Adições - Maesa	464	1.274	6.406	-	-	2	-	-	-	5.524	-	13.670
Variação cambial (a)	(11.892)	(18.545)	(98.633)	(4.553)	(2.419)	(595)	(377)	(7.057)	(16.122)	(5.669)	(661)	(166.523)
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>235.336</u>	<u>443.368</u>	<u>1.527.395</u>	<u>96.714</u>	<u>31.998</u>	<u>9.077</u>	<u>5.563</u>	<u>100.991</u>	<u>287.755</u>	<u>81.366</u>	<u>9.118</u>	<u>2.828.681</u>

- (a) Refere-se, principalmente, ao efeito da tradução de demonstrações financeiras para a moeda funcional da Companhia, entre o início e o fim do exercício
- (b) Os saldos referem-se substancialmente, na controlada InterCement Brasil, à expansão das unidades de Apiaí, Bodoquena, Pedro Leopoldo e Cubatão, bem como a melhorias no processo produtivo, para a plena utilização da capacidade das unidades existentes no montante de t€108.831. A modernização das fábricas está sendo financiada com recursos oriundos do contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. O consolidado inclui, ainda, investimentos na expansão e modernização, principalmente, das plantas de Catamarca, L'Amali, Olavarría e Lomaser, da controlada Holdtotal S.A. e de suas controladas no montante de t€33.704, na construção da primeira unidade fabril da controlada indireta Yguazu Cimentos S.A. ("Yguazu"), no Paraguai, t€96.932, e na construção e melhoria de instalações e equipamentos para diversas unidades produtivas de cimento da CIMPOR, essencialmente nas áreas de negócios do Brasil e do Egito.
- (c) Refere-se à parcela de imobilizado decorrente da aquisição adicional de participação acionária na controlada Yguazu, pela controlada Holdtotal S.A., conforme nota explicativa nº 1.
- (d) Refere-se à parcela de imobilizado dos ativos identificáveis decorrente da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.
- (e) As baixas referem-se substancialmente ao desinvestimento de alguns ativos por alienação, incluindo aqueles que fazem parte do Termo de Compromisso de Desempenho com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, decorrente da aquisição da CIMPOR.
- (f) Refere-se à parcela de imobilizado decorrentes da incorporação da Maesa, conforme descrito na nota explicativa nº 1.

[página intencionalmente deixada em branco]

11. INTANGÍVEL

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Direitos de exploração de minas	218.398	231.017
Bens vinculados à concessão	7.449	10.272
Direitos de uso de software	4.876	6.224
Gastos com desenvolvimento de projetos	6.058	6.881
Marcas e patentes e outros	<u>11.447</u>	<u>13.812</u>
	<u>248.228</u>	<u>268.206</u>
Ágio:		
Loma Negra C.I.A. S.A. (a) e (b)	334.958	358.234
CBC - Companhia Brasileira de Cimentos (a)	35.603	38.077
RA Participações e Investimentos Ltda. (a)	5.163	5.521
Cia. Industrial e Mercantil de Cimentos S.A. (a)	26.295	28.122
Cofesur S.A. (c)	2.703	2.923
Recycomb S.A. (d)	410	443
La Preferida de Olavarría S.A. (d)	2.502	2.706
InterCement Brasil S.A.	10.866	11.621
Cimpor Cimentos Portugal, SGPS, S.A. (ii)	1.921.964	2.033.962
Outros	<u>7.930</u>	<u>8.482</u>
	<u>2.348.394</u>	<u>2.490.091</u>
Total	<u>2.596.622</u>	<u>2.758.297</u>

- (a) Referem-se a ágios pagos na aquisição dessas companhias, os quais foram amortizados pelas taxas de 12,5% (Loma Negra) e de 10% ao ano (RA, CBC e CIMEC) até 31 de dezembro de 2008. Os ágios têm como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. A partir de 1º de janeiro de 2009, conforme adoção inicial da IFRS, a amortização contábil desses ágios cessou completamente.
- (b) Refere-se a ágio total pago, podendo ser segregado por atividade, sendo t€315.531 referentes a cimento e seus derivados (Loma Negra) e €19.428 referentes à concessão ferroviária (Ferrosur).
- (c) Refere-se a ágio total pago referente à concessão ferroviária (Cofesur S.A.).
- (d) Refere-se a ágio total pago referente à concessão de cimentos (Recycomb S.A. e La Preferida de Olavarría S.A.).

Informações adicionais sobre o teste de redução ao valor recuperável em 2012:

- (i) InterCement Brasil: o ágio da controlada InterCement Brasil foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às seguintes unidades geradoras de caixa e taxas de desconto:

	<u>Ágio</u>	<u>Taxa de desconto</u>
Produção e comercialização de cimento e seus derivados na Argentina	918.139	8,5%
Produção e comercialização de cimento e seus derivados no Brasil	216.174	10,8%
Concessão ferroviária na Argentina	64.600	13,9%

(ii) CIMPOR: o ágio da controlada CIMPOR foi alocado, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às seguintes unidades geradoras de caixa:

	Ágio	Taxa de desconto (*)
Produção e comercialização de cimento e seus derivados no Brasil	4.113.866	10,8%
Produção e comercialização de cimento e seus derivados no Egito	299.284	19,4%
Produção e comercialização de cimento e seus derivados em Cabo Verde	44.649	12,8%
Produção e comercialização de cimento e seus derivados em Moçambique	188.555	19,6%
Produção e comercialização de cimento e seus derivados em Portugal	729.879	10,5%
Produção e comercialização de cimento e seus derivados na África do Sul	412.857	10,8%

(*) Taxa de desconto calculada antes dos impostos.

O valor recuperável dessas unidades geradoras de caixa é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovado pela Administração da Companhia.

Foram utilizadas projeções dos fluxos de caixa para o período de cinco anos. Os fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados na perpetuidade. A Administração da Companhia acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total das unidades geradoras de caixa. Essas projeções foram elaboradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e não foram identificados indícios que ocasionassem a necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável.

A movimentação do intangível é demonstrada como segue:

	Ágio	Direitos de exploração de minas	Direitos de uso	Gastos com desenvolvimento de projetos	Marcas e patentes e outros	Bens vinculados à concessão	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	505.397	-	2.926	8.077	2.340	8.599	527.339
Adições	2.179.252	-	174	2.968	8.165	902	2.191.461
Baixas	-	-	(6)	-	33	(2.297)	(2.270)
Amortização	-	(3.497)	(1.326)	(1.989)	(297)	(1.496)	(8.605)
Transferências	-	-	1.992	(1.702)	(213)	(77)	-
Variação cambial (b)	(194.558)	(9.951)	(438)	(540)	(1.027)	(681)	(207.195)
Consolidação inicial da CIMPOR (a)	-	244.465	2.902	67	4.811	5.322	257.567
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>2.490.091</u>	<u>231.017</u>	<u>6.224</u>	<u>6.881</u>	<u>13.812</u>	<u>10.272</u>	<u>2.758.297</u>
Adições (c)	3.933	-	45	-	331	24	4.333
Baixas	-	-	-	-	(30)	-	(30)
Amortização	-	(3.341)	(1.007)	(946)	(210)	(827)	(6.331)
Transferências	-	3.303	(103)	451	(1.946)	(1.705)	-
Variação cambial (b)	(145.630)	(12.581)	(283)	(328)	(510)	(315)	(159.647)
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>2.348.394</u>	<u>218.398</u>	<u>4.876</u>	<u>6.058</u>	<u>11.447</u>	<u>7.449</u>	<u>2.596.622</u>

(a) Refere-se à parcela de intangível dos ativos identificáveis decorrente da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

(b) Refere-se, principalmente, ao efeito da tradução de demonstrações financeiras para a moeda funcional da Companhia, entre o início e o fim do exercício.

(c) Refere-se ao ágio na aquisição da controlada CIMPOR.

12. IMPOSTOS E OBRIGAÇÕES A PAGAR

	30.06.2013	31.12.2012
Impostos parcelados e obrigação legal (*)	16.909	15.913
PIS/COFINS a recolher	6.902	3.868
ICMS a recolher	6.181	5.821
Imposto de renda e contribuição social	12.534	10.631
Impostos sobre o Valor Agregado - IVA	16.073	15.905
Encargos sociais sobre a folha de pagamento	10.239	10.234
Imposto Sobre Serviços - ISS a recolher	305	404
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a recolher sobre terceiros	331	454
Outros	<u>6.093</u>	<u>6.076</u>
Total	<u>75.567</u>	<u>69.306</u>
Classificados no circulante	66.716	59.589
Classificados no não circulante	8.851	9.717

(*) A controlada InterCement Brasil aderiu ao Programa de Parcelamento de Débitos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (“parcelamento”), instituído pela Lei Federal nº 11.941/09. Conforme previsto na legislação que regula o referido Programa, houve redução de multas e juros (os percentuais de redução variam conforme o prazo para pagamento optado pelo contribuinte), além da compensação de saldos remanescentes de multas e juros com prejuízo fiscal acumulado e/ou base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL existentes, apurados pela controlada InterCement Brasil. A controlada InterCement Brasil incluiu débitos em duas modalidades de pagamento: (i) pagamento à vista; e (ii) parcelamento em 180 parcelas. A fase de consolidação dos débitos já foi concluída pela controlada InterCement Brasil, e as prestações estão sendo pagas regularmente.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Encargos	Vencimento até	30.06.2013	31.12.2012
Em US\$:				
“Medium-term notes” (a)	8.875% a.a.	Julho de 2035	34.797	68.916
Empréstimos em dólares (b)	2.90% a 4.5% a.a. + LIBOR	Janeiro de 2022	1.680.079	1.618.816
Banco Internacional de Desenvolvimento (“BID”) (c)	4.875% a.a. + LIBOR	2017	37.817	47.637
FINIMP (d)	99.70% a 103.65% do CDI	Setembro de 2013	17.084	26.093
BNDES (l)	2.03% a.a. + taxa variável (*)	Outubro de 2015	<u>2.559</u>	<u>3.079</u>
Total de empréstimos em US\$			<u>1.772.336</u>	<u>1.764.541</u>
Em R\$:				
Fomentar (m)	2.40% a.a. e 15.34% a.a.	Dezembro de 2020 e Dezembro de 2022	9.313	10.424
Pró-Giro (h)	50% IGP-M + 2.5% de comissão	Junho de 2013	-	5.195
Pro-Invest (i)	IPCA + 6% a.a.	Fevereiro de 2015, Março de 2014	741	989
Nota de crédito (j)	104% a 105% do CDI / 2.94% a.a.	/Fevereiro de 2015/Dezembro de 2024/Agosto de 2013/Agosto de 2014/ Setembro de 2020	27.305	17.744
FINAME (k)	4.50% a 10.00% a.a. ou URTJLP + 1.1% a 5.30% a.a.		7.352	11.977
BNDES (l)	TJLP + 1.63% a 4.82% a.a. ou taxa variável (*)	Setembro de 2018	21.821	38.700
BNDES (l)	TJLP + 1.73% a.a.	Setembro de 2029	<u>67.476</u>	<u>59.625</u>
Total de empréstimos em R\$			<u>134.008</u>	<u>144.654</u>
Em outras moedas:				
Empréstimos em pesos	17.35% a 18.75%	Abril de 2017	168.886	92.711

Modalidade	Encargos	Vencimento até	30.06.2013	31.12.2012
argentinos (e)				
Empréstimos em euros (f)	Euribor + 1.5% a 3.75% a.a.	Fevereiro de 2022	984.667	1.016.788
Banco Europeu do Investimento (“BEI”) (g)	Taxa básica BEI	Setembro de 2015	16.684	20.023
Outros empréstimos	Euribor		<u>15.055</u>	<u>19.569</u>
Total de empréstimos em outras moedas			<u>1.185.292</u>	<u>1.149.091</u>
Total			<u>3.091.636</u>	<u>3.058.286</u>
Classificados no circulante - Juros			39.976	33.864
Classificados no circulante - Principal			188.631	202.187
Classificados no não circulante			2.863.029	2.822.235

Unidade de Referência da Taxa de Juros de Longo Prazo - URTJLP.

Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M.

Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

“European Interbank Offered Rate - EURIBOR”.

“London Interbank Offered Rate - LIBOR”

Taxa básica do Banco Europeu do Investimento - BEI

(*) Cesta de moedas UMBNDES reajustada trimestralmente, publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União.

(a) Empréstimos do tipo “medium-term notes”, compostos da seguinte forma:

- Em 28 de julho de 2011, a controlada InterCement Brasil realizou recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional (“medium-term notes”), no montante de US\$106,3 milhões (t€81,72 em 30 de junho de 2013), bem como obteve anuência para alterar a escritura de emissão desses títulos, eliminando cláusulas restritivas (“covenants”). Pela quitação antecipada, foi pago um prêmio contabilizado na rubrica “Despesas financeiras”. A recompra foi realizada mediante a captação de novo empréstimo, conforme o item (b).
- Bônus de US\$100 milhões (t€76,88 em 30 de junho de 2013), emitido em 10 de março de 2006, com vencimento em 15 de março de 2013.

Em 27 de julho de 2011, a controlada indireta Loma Negra realizou recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional e garantidos pela controlada InterCement Brasil (“medium-term notes”), no montante de US\$55,2 milhões, bem como solicitação de anuência para alterar a escritura de emissão desses títulos, eliminando cláusulas restritivas (“covenants”). Pela quitação antecipada foi pago um prêmio, contabilizado na rubrica “Despesas financeiras”. A recompra foi realizada mediante a captação de novo empréstimo, conforme o item (b).

Em 15 de março de 2013 o montante de US\$100 milhões (t€76,88 em 30 de junho 2013) de “bonds” for integralmente pago pela subsidiária indireta Loma Negra.

Os contratos estabelecem uma relação máxima entre a dívida líquida e o “Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA” consolidado.

Em 31 de dezembro de 2012, tal índice financeiro foi cumprido.

(b) Empréstimos em dólar norte-americano compostos principalmente da seguinte forma:

- Em 28 de julho de 2011, a controlada Cauê Finance captou empréstimo no montante de US\$130 milhões (t€99,95 em 30 de junho de 2013). O contrato estabelece relação máxima anual entre a dívida líquida e o EBITDA. Em 31 de dezembro de 2012, as cláusulas restritivas foram cumpridas.
- Em 28 de julho de 2011, a Loma Negra captou empréstimo no montante de US\$55,2 milhões (t€42,44 em 30 de junho de 2013). A referida captação foi realizada para recompra antecipada de títulos emitidos no mercado internacional (“medium-term notes”).

- A controlada em conjunto indireta Yguazu Cimentos S.A. captou empréstimos no montante total de US\$90 milhões (t€69,19 em 30 de junho de 2013), com vencimentos para até setembro de 2013, com finalidade principal de construção de fábrica no Paraguai:
- Em 29 de julho de 2011, a controlada Cauê Austria captou empréstimo no montante de US\$115 milhões (t€88,41 em 30 de junho de 2013).
- Em 28 de fevereiro de 2012, a controlada Cauê Austria captou empréstimo no montante de US\$750 milhões (t€576,61 em 30 de junho 2013).
- A controlada CIMPOR e suas subsidiárias possuem empréstimos em dólares norte-americanos, no montante total de US\$1.027,4 milhões (t€789,88 em 30 de junho 2013), com vencimento em até janeiro de 2022:

Todos os empréstimos em dólar norte-americano das controladas da CIMPOR possuem cláusulas restritivas anuais, principalmente relacionadas à manutenção do indicador dívida líquida/EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações). Em 31 de dezembro de 2012, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

- (c) Captação da controlada indireta Loma Negra no BID, em 28 de dezembro de 2009, do montante de US\$125 milhões, destinado à modernização e expansão das fábricas, com vencimentos finais em até 2017. O empréstimo está assim dividido: (i) US\$20 milhões, com vencimento final em 2017 e pagamentos a serem feitos em 29 parcelas trimestrais a partir de 15 de novembro de 2010; e (ii) US\$105 milhões, com vencimento final em 2014 e pagamentos a serem feitos em 17 parcelas trimestrais a partir de 15 de novembro de 2010. O empréstimo exige o cumprimento anual dos indicadores financeiros preestabelecidos pelo Grupo. Em 31 de dezembro de 2012, tais índices financeiros foram cumpridos.
- (d) Empréstimos do tipo FINIMP, com as seguintes características:
- Financiamento destinado à importação de coque, escória, clínquer e equipamentos.
 - As variações cambiais desses empréstimos estão protegidas por instrumentos financeiros “swaps”. Os ganhos e as perdas com esses instrumentos financeiros já estão refletidos nos saldos apresentados como empréstimos e financiamentos (vide nota explicativa nº 29).
- (e) Empréstimo em pesos argentinos com vencimento final em 2016.
- Não foram oferecidas garantias, e o contrato estabelece um limite mínimo anual de patrimônio líquido e uma relação máxima anual entre a dívida líquida e o EBITDA, tendo tais indicadores sido atendidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.
- O empréstimo possui cláusulas restritivas, principalmente relacionadas à manutenção do indicador dívida líquida/EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) e índices de cobertura de juros e patrimônio mínimo ajustado à inflação. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as cláusulas restritivas foram cumpridas.
- (f) Empréstimos em euros compostos principalmente da seguinte forma:
- Em 31 de outubro de 2011, a controlada Cauê Austria captou empréstimo no montante de t€460 milhões.
 - As controladas da CIMPOR possuem empréstimo no montante total de t€304 milhões, com vencimento até fevereiro de 2022:
- Esses empréstimos têm como garantidoras a CCB, a InterCement Brasil e a CIMPOR. Possuem cláusulas restritivas, principalmente relacionadas à manutenção do indicador dívida líquida/EBITDA (lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações). A medição desse indicador é feita com periodicidade anual e/ou semestral, conforme a exigibilidade do contrato.
- (g) Empréstimo contraído pela controlada CIMPOR em euros no BEI, sendo indexado pela taxa básica BEI.
- (h) Esses empréstimos, anteriormente denominados “Pró-Indústria”, estão garantidos por avais da controladora (Camargo Corrêa S.A.). A comissão de 2,5% incide automaticamente no ato da liberação de cada parcela do financiamento (o valor do empréstimo liberado é líquido da comissão).
- (i) Esses empréstimos, anteriormente denominados “Proim”, estão garantidos por equipamentos da unidade industrial de Bodoquena e por hipoteca em segundo grau do imóvel.
- (j) Refere-se a financiamento destinado principalmente à compra de embalagens de cimento. O pagamento total, de principal e juros, está programado para 3 de março de 2013 e 2 de março de 2014.
- (k) Os financiamentos destinados à aquisição de imobilizado (FINAME) estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.
- (l) Empréstimos no BNDES compostos da seguinte forma:
- Em 6 de agosto de 2009, a controlada InterCement Brasil contratou linha de crédito com o BNDES, no montante total de R\$123.508, dos quais foi liberado até 30 de junho de 2013 o montante de R\$122.903. A linha de crédito está destinada a expansão e modernização das unidades de Apiaí, Pedro Leopoldo, Ijací e Bodoquena, aquisição de máquinas e equipamentos, investimentos em meio ambiente na unidade de Pedro Leopoldo e capital de giro.
 - Em 10 de novembro de 2009, a controlada InterCement Brasil contratou linha de crédito com o BNDES, no montante de R\$200.000, destinada a financiamento de capital de giro, no âmbito do Programa Especial de Crédito - PEC-BNDES. A amortização do principal e dos juros ocorreu em parcelas mensais entre janeiro e novembro de 2012.

Os contratos descritos anteriormente exigem o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, sendo a principal manter semestralmente os indicadores dívida líquida/EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) e índice de alavancagem.

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro 2012, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

- Empréstimo da controlada indireta em conjunto BAESA no montante de R\$36.863 em 30 de junho de 2013 (R\$31.960 em 31 de dezembro de 2012).

A amortização do principal e dos juros tem sido feita mensal e sucessivamente, sendo a primeira prestação em 15 de setembro de 2006 e a última em 15 de agosto de 2018, para todos os subcréditos, exceto para o subcrédito E, cuja primeira prestação venceu em 15 de novembro de 2006.

Os contratos de financiamento mencionados nesse item possuem cláusulas do tipo “debt covenants”, que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento. Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a controlada indireta em conjunto BAESA estava em conformidade com as referidas cláusulas.

- (m) Em 28 de dezembro de 2006, conforme instrumento de cessão de crédito assinado entre a controlada CIMPOR e o Banco Itaú, foi transferido o título dos créditos relativos à aquisição do incentivo fiscal Fomentar da Cimpopor Brasil Participações Ltda., por R\$18.000, para o Banco Itaú, cuja dívida nominal e prefixada correspondia a R\$57.772, com desconto de R\$39.772, o qual será liquidado pela controlada CIMPOR sem correção. A dívida da controlada CIMPOR foi descontada a valor presente, considerando taxa de oportunidade internamente estabelecida, a ser liquidada em parcelas anuais e sucessivas até 2022.

Convênios - subsidiários da CIMPOR

Alguns empréstimos contraídos pela controlada CIMPOR requerer anualmente cumprimento de determinadas cláusulas restritivas cláusula endividamento (dívida financeira líquida / EBITDA).

Para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2012, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Convênios - subsidiários Cauê Áustria

Os contratos celebrados pela subsidiária Cauê Áustria em 2012 estabelecer uma taxa máxima anual líquida dívida em relação ao EBITDA.

Para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2012, as cláusulas restritivas foram cumpridas.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	670.672
Captações de empréstimos e financiamentos	2.599.382
Encargos	203.417
Efeitos da variação monetária	18.687
Efeitos da variação cambial	(7.945)
Pagamento de juros	(141.421)
Pagamento do principal	(1.899.983)
Amortização dos custos de empréstimos	(49.790)
Aquisição adicional de participação acionária (b)	22.446
Transferência de dívida (c)	(326.756)
Consolidação inicial da CIMPOR (a)	1.969.577
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.058.286
Captações de empréstimos e financiamentos	221.719
Encargos	78.932
Efeitos da variação monetária	1.089
Efeitos da variação cambial	2.999
Pagamento de juros	(74.749)
Pagamento do principal	(199.721)
Amortização dos custos de empréstimos	3.081
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>3.091.636</u>

- (a) Refere-se à parcela de empréstimos dos passivos assumidos decorrente da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.
- (b) Refere-se à parcela de empréstimos decorrente da aquisição adicional de participação acionária na controlada indireta Yguazu, pela controlada Holdtotal S.A.
- (c) A fim de concretizar a assunção de 78,8% da dívida líquida (conforme descrito na nota explicativa nº 1) e a consequente transferência de 21,2% da dívida líquida para a Votorantim, a Companhia transferiu parte da dívida que detinha para companhias ligadas ao Grupo Votorantim em dezembro de 2012.

Cronograma de vencimento

As parcelas de longo prazo possuem cronograma de vencimento conforme segue:

Exercício

2014	105.465
2015	651.445
2016	411.857
2017	708.909
2018	198.049
Após 2018	<u>787.304</u>
Total	<u>2.863.029</u>

14. DEBÊNTURES

	<u>Encargos anuais</u>	<u>Vencimento</u>	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
InterCement Brasil:				
2ª emissão - 1ª série (a)	115% da taxa DI	Abril de 2022	352.386	393.473
2ª emissão - 2ª série (a)	115% da taxa DI	Abril de 2022	176.196	188.283
Emissão CCB (b)	115% da taxa DI	Agosto de 2022	433.388	445.88
Gastos com emissão			<u>(3.466)</u>	<u>(3.995)</u>
			<u>958.504</u>	<u>1.023.641</u>
Baesa (c):				
1ª série	100% da taxa DI + 0,3% a.a.	Agosto de 2016	1.302	1.605
2ª série	100% da taxa DI + 0,3% a.a.	Agosto de 2016	1.068	1.316
Gastos com emissão			<u>(10)</u>	<u>(14)</u>
			<u>2.360</u>	<u>2.907</u>
Total			<u>960.864</u>	<u>1.026.548</u>
Classificadas no circulante - Juros			25.348	25.929
Classificadas no circulante - Principal			203	219
Classificadas no não circulante			935.313	1.000.400

(a) InterCement Brasil 2^a emissão

Em 14 de março de 2012, a InterCement Brasil emitiu 150.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$10.000 (t€4). Os juros são devidos conforme segue:

- Debêntures da 1^a série: serão pagas anualmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento em 2013 e o último pagamento na data de vencimento da 1^a série.
- Debêntures da 2^a série: serão pagas semestralmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento devido em outubro de 2012 e o último pagamento na data de vencimento da 2^a série.

O principal será liquidado conforme a tabela a seguir:

<u>Parcela</u>	<u>Datas de pagamento</u>	<u>Percentual pago do valor unitário</u>
1	Abril de 2017	16,66
2	Abril de 2018	16,66
3	Abril de 2019	16,67
4	Abril de 2020	16,67
5	Abril de 2021	16,67
6	Abril de 2022	16,67

As referidas debêntures estão garantidas por carta de fiança da Companhia e da InterCement Austria Equity Participation GmbH e por penhor de 451.132.545 ações da Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.à.r.l.

Condições restritivas

O contrato exige o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, sendo as principais:

- i) Que a Companhia mantenha no encerramento de cada exercício fiscal o indicador de dívida líquida/EBITDA.
- ii) Que a Companhia apresente anualmente as demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2012, tais índices financeiros e exigências adicionais foram cumpridos.

(b) InterCement Brasil – Emissão CCB

Em agosto de 2012, a subsidiária CCB - Cimpor Cimentos do Brasil S.A. (incorporada pela InterCement Brasil durante 2013) emitiu 1.200 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, de espécie quirografária, em duas séries, no valor unitário de R\$1.000.000 (t€399). As debêntures serão pagas anualmente, a partir da data de emissão, sendo o primeiro pagamento em 2017 e o último na data de vencimento, em 21 de agosto de 2022.

O principal será liquidado conforme a tabela a seguir:

<u>Parcela</u>	<u>Datas de pagamento</u>	<u>Percentual pago do valor unitário</u>
1	Abril de 2017	16,66
2	Abril de 2018	16,66
3	Abril de 2019	16,67
4	Abril de 2020	16,67
5	Abril de 2021	16,67
6	Abril de 2022	16,67

Condições restritivas

O contrato exige o cumprimento de determinadas cláusulas restritivas, sendo as principais:

- i) Que a Companhia mantenha no encerramento de cada exercício fiscal o indicador de dívida líquida/EBITDA.
- ii) Que a Companhia apresente anualmente as demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2012, tais índices financeiros e exigências adicionais foram cumpridos.

(c) BAESA

Na escritura pública de debêntures estão previstas certas condições restritivas, como a manutenção do endividamento total máximo equivalente a 75% dos seus ativos totais, as quais requerem que a controlada indireta em conjunto mantenha determinados índices financeiros que vêm sendo adequadamente atendidos.

Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	4.108
Emissão	1.071.382
Encargos	37.569
Pagamento de juros	(9.318)
Pagamento do principal	(823)
Variação Cambial	<u>(76.370)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.026.548</u>
Encargos	40.792
Pagamento de juros	(39.308)
Pagamento do principal	(388)
Variação Cambial	<u>(66.780)</u>
Saldo em 30 de junho de 2013	<u>960.864</u>

15. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto estão sujeitas a riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros. Em bases periódicas, as respectivas Administrações revisam o quadro de riscos conhecidos, avaliam as chances de perdas prováveis e ajustam as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios.

A provisão para riscos é composta como segue:

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Trabalhistas e previdenciários	31.851	19.161
Tributários (a)	93.639	86.842
Cíveis e outros (b)	<u>18.489</u>	<u>27.36</u>
	<u>143.979</u>	<u>133.363</u>
Depósito judicial (c)	<u>(2.183)</u>	<u>(1.706)</u>
Total	<u>141.796</u>	<u>131.657</u>

(a) A provisão para riscos fiscais por país é descrita abaixo:

Brasil (i)	12.054
Portugal (ii)	73.500
Egito (iii)	7.413
Outros	<u>672</u>
Total	<u>93.639</u>

- (i) Na subsidiária InterCement Brasil, este montante refere-se principalmente a autos de infração e ações relacionadas a: (i) ICMS - discussão sobre a base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária, sobre a base de cálculo em transferências de mercadorias entre estabelecimentos localizados em um mesmo Estado, sobre o Estado competente para a cobrança do ICMS devido em operação de importação (importação indireta) e sobre a autuação por suposto aproveitamento indevido de créditos de ICMS; (ii) COFINS - discussão sobre a regularidade na compensação de débitos da COFINS com créditos de Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, autorizada judicialmente; (iii) multa da Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços - SUNAB - discussão sobre o auto de infração decorrente da alegação de infringência ao disposto nas Leis nº 7.784/89, nº 8.035/90 e nº 8.178/91; e (iv) Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ - discussão sobre a insuficiência de recolhimento de tributo, relacionada à exigência de correção monetária sobre empréstimo compulsório à Eletrobrás, no exercício de 1982, ano-base 1981.
- (ii) Refere-se, basicamente, às provisões para contingências fiscais (CIMPOR) relacionadas com o imposto sobre os rendimentos auferidos em 1996-2011, em Portugal, no valor de t€73.500 (t€68.300 a partir d 31 de dezembro de 2012), os quais foram objeto de reclamação ou impugnação judicial. A inexistência de jurisprudência e a complexidade técnica de algumas das matérias contestadas tornam adequada a constituição dessas provisões e, com base na opinião de seus consultores jurídicos, a Administração da subsidiária CIMPOR entende que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir eventuais gastos.

(iii) Refere-se principalmente ao imposto de renda auferidos em 2004-2011 e de outros impostos sobre o salário.

(b) A controlada InterCement Brasil e suas controladas e controladas em conjunto mantêm depósitos judiciais atrelados às provisões tributárias, cíveis e trabalhistas, conforme segue:

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Trabalhistas e previdenciárias	(1.565)	(1.312)
Tributárias	(571)	(345)
Cíveis e outras	<u>(47)</u>	<u>(49)</u>
Total	<u>(2.183)</u>	<u>(1.706)</u>

Em 30 de junho de 2013 a Companhia e suas controladas e controlada em conjunto estão envolvidas em processos no montante de t€326.754 (t€318.500 em 31 de dezembro de 2012) relacionados a riscos com chance de perda considerada como possível pelos assessores jurídicos, os quais estavam assim representados:

(a) t€11.709 (t€12.079 em 31 de dezembro de 2012) de riscos trabalhistas, referentes, substancialmente, na controlada InterCement Brasil e na controlada CIMPOR, a horas extras, adicional de insalubridade e periculosidade, adicional noturno, férias e indenização.

(b) t€245.759 (t€258.553 em 31 de dezembro de 2012) de riscos tributários, referentes a processos relativos a ICMS (questionamento sobre créditos apropriados e diferença de estoque de insumos), PIS, COFINS (apropriação de créditos), IRPJ e CSLL (não homologação de compensações realizadas, correção monetária do balanço: diferença entre a OTN-Fiscal e o Índice de Preços ao Consumidor - IPC); e imposto sobre rendimento para a controlada CIMPOR. As autoridades fiscais brasileiras estão questionando a Companhia sobre a dedutibilidade da amortização do ágio nos livros fiscais.

(c) t€35.788 (t€8.364 em 31 de dezembro de 2012) de riscos cíveis, cujos valores mais representativos estão registrados na InterCement Brasil, referentes a indenizações decorrentes de desavenças comerciais e indenizações por danos materiais e morais.

(d) t€33.497 (t€39.504 em 31 de dezembro de 2012) de processos administrativos de outras naturezas, referentes principalmente a processos de natureza ambiental e discussões envolvendo a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM.

Outros

A controlada InterCement Brasil e outras empresas do setor são partes em processos administrativos relacionados a aspectos de defesa da concorrência, em trâmite perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, dos quais a Secretaria de Direito Econômico ("SDE"), cuja probabilidade de perda é considerada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi reconhecida.

Em 9 de novembro de 2011, a SDE concluiu seu parecer do processo administrativo que apura supostas infrações à ordem econômica e encaminhou o processo para julgamento do CADE à InterCement Brasil, recomendando a aplicação das multas e penalidades previstas no artigo 23 da Lei nº 8.884/94 às empresas envolvidas.

O CADE deverá avaliar o caso e emitir a sua opinião, que será final no âmbito administrativo, podendo ou não seguir as recomendações da SDE. Caso o CADE decida pela condenação das controladas InterCement Brasil e CIMPOR, as competentes medidas judiciais cabíveis serão tomadas.

O montante da possível perda nesse processo pode variar de 0,1% a 20% do faturamento bruto, líquido dos impostos, do exercício anterior à instauração dos processos administrativos, que ocorreram em 2003, 2005 e 2007 (conforme o artigo 38 da Lei nº 12.529/11) ou de 1% a 30% do faturamento bruto (caso esteja sob a vigência da lei anterior).

A Administração da Companhia e os seus assessores jurídicos entendem que a recomendação da SDE não deve prosperar contra a Companhia, em razão da existência de argumentos relevantes que devem ser considerados pelas autoridades competentes em todas as instâncias legais aplicáveis. Assim, eles mantêm a opinião de que a chance de perda não é provável.

A movimentação das provisões é como segue:

	Trabalhistas e previdenciárias	Tributárias	Cíveis e outras	Depósito judicial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	3.425	4.599	14.717	(1.513)	21.228
Constituição	13.979	933	2.690	(1.091)	16.511
Pagamento	(715)	-	(3.961)	-	(4.676)
Reversão	(2.875)	(1.680)	(12.312)	726	(16.141)
Variação cambial	(1.065)	54.811	(92.965)	172	(39.047)
Consolidação inicial da CIMPOR (a)	6.412	28.179	119.191	-	153.782
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>19.161</u>	<u>86.842</u>	<u>27.360</u>	<u>(1.706)</u>	<u>131.657</u>
Constituição	14.186	8.500	1.775	(718)	23.743
Pagamento	(1.672)	(207)	(2.586)	202	(4.263)
Reversão	(177)	(56)	(7.228)	-	(7.461)
Variação cambial	353	(1.440)	(832)	39	(1.880)
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>31.851</u>	<u>93.639</u>	<u>18.489</u>	<u>(2.183)</u>	<u>141.796</u>

(a) Refere-se à parcela de provisão para riscos dos passivos identificáveis decorrente da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

16. PROVISÃO PARA RECONSTITUIÇÃO AMBIENTAL

A movimentação das provisões para reconstituição ambiental é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2011	35.754
Constituição	874
Pagamento	(945)
Reversão	(3.182)
Variação cambial	(4.271)
Consolidação inicial da CIMPOR (*)	<u>20.395</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>48.625</u>
Constituição	376
Pagamento	(129)
Variação cambial	(2.043)
Saldos em 30 de junho de 2013	<u>46.829</u>

(*) Refere-se à parcela de provisão para reconstituição ambiental decorrente da aquisição da CIMPOR, conforme nota explicativa nº 1.

17. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Circulante:		
Instrumentos financeiros	341	4.074
Cauções contratuais	47	198
UBP	331	343
Contas a pagar	20.086	24.407
Outras	<u>8.565</u>	<u>1.576</u>
Total	<u>29.370</u>	<u>30.598</u>
Não circulante:		
UBP	7.274	7.721
Contas a pagar	2.824	1.843
Instrumentos financeiros	2.575	5.983
Outras	<u>1.073</u>	<u>1.200</u>
Total	<u>13.746</u>	<u>16.747</u>

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Previdência privada

A Companhia definiu planos de previdência privada sobre aposentadoria e planos de saúde, cujos montantes de obrigação são determinados anualmente com base em cálculos atuariais elaborados por entidades independentes, e o custo identificado nestes cálculos são reconhecidos em cada exercício. A maior parte da obrigação sobre os planos de previdência privada sobre aposentadoria foi transferida para fundos de pensão administrados por entidades independentes especializadas. O montante dos custos com planos de previdência privada sobre aposentadoria e planos de saúde para os seis meses findos em 30 de junho de 2013 é de t€1.523.

Adicionalmente, durante os seis meses findos em 30 de junho de 2013, a Companhia incorreu em custos no montante de t€3.072, relacionados a planos de previdência privada na modalidade de contribuição definida.

b) Outros benefícios a empregados

São concedidos, ainda, outros benefícios aos empregados, tais como auxílio-médico, auxílio-alimentação, seguro de vida em grupo, auxílio-acidente de trabalho, auxílio-transporte, treinamentos e outros. Em 30 de junho de 2013 estes benefícios totalizam o montante de t€15.173 (t€9.376 em 30 de junho de 2012).

19. PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo e vendas e compras de produtos e serviços.

Os saldos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro 2012 são os seguintes:

	30.06.2013						
	Ativo circulante		Ativo não circulante	Passivo circulante			
	Contas a receber	Partes relacionadas	Partes relacionadas	Fornecedores	Partes relacionadas	Adiantamento de clientes	Dividendos a pagar
Entidades sob controle comum:							
Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.	6	-	-	265	22	-	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A.	1.535	-	-	7	46	-	-
Setefrete - SGPS, AS Agueiro S.A.	-	-	141	74	-	-	-
Agueiro S.A.	-	412	-	-	-	-	-
Controladores:							
Camargo Corrêa S.A.	-	123	-	8	-	-	348
Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg, S.a.r.l.	-	-	-	-	400	-	-
Outros	-	389	-	-	882	-	334
Total em 30 de junho de 2013	<u>1.541</u>	<u>924</u>	<u>141</u>	<u>354</u>	<u>1.350</u>	<u>-</u>	<u>682</u>
Total em 31 de dezembro de 2012	<u>707</u>	<u>2.279</u>	<u>20</u>	<u>455</u>	<u>1.134</u>	<u>52</u>	<u>1.333</u>

As transações efetuadas no período de seis meses findo 30 de junho de 2013 são como segue:

	30.06.2013	
	Vendas	Compras/Despesas
Entidades sob controle comum:		
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (*)	<u>5.391</u>	<u>-</u>
Total em 30 de junho de 2013	<u>5.391</u>	<u>-</u>
Total em 30 de junho de 2012	<u>6.279</u>	<u>2.567</u>

(*) Refere-se à compra e venda de produtos e serviços.

Outras transações com partes relacionadas:

Em 21 de dezembro de 2012, a subsidiária InterCement Austria vendeu o direito que possuía em decorrência da segunda permuta de ações (conforme descrito na nota 1) para uma subsidiária de sua controladora indireta, sem direito de regresso, pelo montante de aproximadamente t€53.409. Tal montante foi recebido em dezembro de 2012.

Remuneração dos administradores

O montante total pago durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2013 é t€5.347, divididos em: (i) t€5.274 em benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios, e (ii) t€73 em benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada (t€8.027 em 2011, t€7.964 relacionados a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios, e t€62 relacionados aos benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada).

20. CAPITAL SOCIAL, DIVIDENDOS E RESERVAS

Em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social totaliza o montante de t€1.002.749 e está representado por 22.687.439 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Reserva de lucros

Corresponde à retenção de lucros para aplicação em projetos de investimentos, conforme orçamento a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral Ordinária e segundo o artigo 194 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.182)	(55.415)
Alíquotas (taxa média dos principais países consolidados)	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais	<u>1.762</u>	<u>18.841</u>
Ajustes para apuração do imposto de renda e da contribuição social efetivos:		
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	13	-
Diferença de alíquota para resultado no exterior	221	1.131
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa durante o período para compensação de multa e juros de parcelamento de impostos	(30.536)	(41.849)
Ajustes a impostos diferidos	(1.146)	-
Outros	<u>1.852</u>	<u>(250)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(27.834)</u>	<u>(22.127)</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e as diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas entre os livros fiscais e societários, até o limite considerado passível de realização pelas controladas e controladas em conjunto.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compostos como segue:

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativo:		
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	73.300	73.146
Riscos tributários, trabalhistas e civéis	18.131	17.954
Avaliação da vida útil do imobilizado	12.091	12.356
Amortização de ágio	5.381	9.243
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	943	2.888
Provisão para reconstituição ambiental	12.284	13.307
PIS e COFINS sobre receitas financeiras e outras receitas não operacionais (impostos parcelados)	6.624	6.757
Participação nos lucros acumulados	349	2.018
Provisões para participação nos lucros	1.164	404
Variação cambial tributadas pelo regime de caixa	2.702	-
Outras provisões temporárias	<u>15.737</u>	<u>14.784</u>
Total do ativo	<u>148.706</u>	<u>152.857</u>
Passivo:		
Amortização de ágio (rentabilidade futura)	166.339	162.343
Variação cambial tributada no regime de caixa	-	1.151
Custo atribuído do ativo imobilizado	142.915	95.941
Avaliação da vida útil do imobilizado (a)	24.799	57.594
Mensuração dos ativos adquiridos ao valor justo (b)	226.590	273.996
Combinação de negócios	-	322
Provisão para reconstituição ambiental	5.348	5.704
Outras provisões temporárias	<u>41.696</u>	<u>29.089</u>
Total do passivo	<u>607.687</u>	<u>626.140</u>
Total líquido classificado no ativo não circulante	6.867	6.877
Total líquido classificado no passivo não circulante	465.848	480.160

(a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, a controlada InterCement Brasil revisou a vida útil estimada dos bens do imobilizado e do intangível, gerando disparidade entre a taxa de depreciação contábil e a fiscal. Para fins fiscais, as referidas taxas continuarão seguindo o disposto no Decreto nº 3.000/99 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR).

(b) Refere-se à reavaliação dos ativos ao valor justo quando da aquisição da controlada CIMPOR, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

Em 30 de junho de 2013, a expectativa de realização é como segue:

2013 (6 meses)	26.522
2014	35.269
2015	35.558
2016	17.162
2017	5.151
2018	4.417
Após 2018	<u>24.627</u>
Total	<u>148.706</u>

Essa expectativa de realização considera o histórico de lucratividade, as projeções de resultados tributáveis futuros e o prazo esperado para a reversão das diferenças temporárias.

22. RECEITAS

A composição das receitas da Companhia para os exercícios findos em 30 de junho de 2013 e de 2012 é a seguinte:

	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>
Venda de produtos	1.312.548	683.627
Serviços prestados	115.548	80.042
(-) Impostos sobre vendas	(105.361)	(109.332)
(-) Abatimentos/descontos	<u>(24.204)</u>	<u>(28.538)</u>
Total	<u>1.298.531</u>	<u>625.799</u>

Os impostos sobre vendas são compostos por impostos federais, estaduais e municipais, como IPI, ICMS, PIS, COFINS, ISS e IVA.

23. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DE CUSTOS E DESPESAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas são apresentadas a seguir:

	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>
Depreciação e amortização	(102.747)	(29.535)
Salários e benefícios a empregados	(162.403)	(99.518)
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	(288.725)	(109.474)
Despesas tributárias	(8.504)	(11.327)
Serviços de terceiros	(110.645)	(30.309)
Despesas com aluguel	(16.413)	(6.789)
Despesas com frete	(122.544)	(62.670)
Despesas com manutenção	(72.662)	(45.830)

	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>
Despesas com combustível	(85.363)	(63.640)
Despesas com eletricidade	(64.318)	(34.231)
Reversão (constituição) de provisão para riscos	(40)	(177)
Ganho na venda de ativo imobilizado (b)	15.335	-
Despesas de reestruturação e afirmação de (a) e (c)	(46.195)	-
Outras despesas	(52.306)	(23.547)
Total	(1.117.530)	(517.047)
Custo das vendas e dos serviços	(963.649)	(465.480)
Despesas administrativas e comerciais	(155.886)	(50.129)
Outras receitas	2.005	(1.438)
Total	(1.117.530)	(517.047)

(a) Em maio de 2013, a Corte Suprema de Justiça da Argentina impôs à subsidiária Holdtotal S.A. uma multa relacionada a violações da prática de concorrência. Este processo é resultado de ações praticadas pela Loma Negra, no período de 01 de julho de 1981 a 31 de agosto de 1999, que resultaram em violação da Lei de Defesa do Consumidor, na Argentina. A decisão final impôs à subsidiária o pagamento de uma multa no montante de t€24.752.

(b) Principalmente relacionado à venda de direitos minerários localizados em Itupeva, no Estado de São Paulo, no montante de t€11.208.

(c) Despesas não recorrentes resultantes da aquisição da CIMPOR, tais como reestruturação e despesas relacionadas, entre outros, principalmente relacionados aos salários e prestadores de serviços. Conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>
Variação cambial:		
Receita com variação cambial	85.856	41.874
Despesa com variação cambial	(165.657)	(168.003)
Total	<u>(79.801)</u>	<u>(126.129)</u>
Receitas financeiras:		
Variação monetária	829	1.953
Rendimento financeiro	22.578	6.602
Juros ativos	1.147	654
Instrumentos financeiros derivativos (*)	5.974	-
Outras receitas	<u>1.554</u>	<u>1.682</u>
Total	<u>32.082</u>	<u>10.891</u>

	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>
Despesas financeiras:		
Variação monetária	(3.068)	(1.573)
Despesa com juros e encargos	(115.830)	(40.072)
Despesas com comissões bancárias	(6.454)	-
Despesa de multas	(1.687)	(1.300)
Instrumentos financeiros derivativos (*)	(3.894)	-
Outras despesas	<u>(7.569)</u>	<u>(5.984)</u>
Total	<u>(138.502)</u>	<u>(48.929)</u>

(*) Referem-se a ganhos e perdas de instrumentos financeiros decorrentes do empréstimo contraído em dólares norte-americanos, para fins de importação de bens e produtos, conforme nota explicativa nº 13.

25. COMPROMISSOS

a) Contratos de arrendamento como arrendatário

Os contratos de arrendamentos operacionais de terrenos das controladas InterCement Brasil e CIMPOR têm prazos de duração entre cinco e dez anos. Todos os contratos válidos por mais de cinco anos contêm cláusulas de revisão do valor de mercado do aluguel a cada cinco anos. As controladas InterCement Brasil e CIMPOR não têm a opção de adquirir os terrenos arrendados depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

A estimativa de pagamentos de aluguéis, em valores nominais, é composta por:

Até 1 ano	7.190
De 1 a 5 anos	14.455
Mais de 5 anos	<u>2.538</u>
Total	<u>24.183</u>

Em 30 de junho de 2013, o montante de t€4.988 (t€90 em 30 de junho de 2012) referente às despesas com operações de arrendamento mercantil operacional foi reconhecido.

b) Contratos de compra

A controlada Intercement Brasil possui acordo contratual para aquisição de escória bruta, com vigência até 2021 e correção anual pelo IGP-M, e compra de energia elétrica com vigência até 2020, e estimativa de desembolso total, em valores nominais, conforme segue:

2013	33.522
2014	43.470
2015	32.642
2016	32.642
2017	25.992
Após 2017	<u>103.540</u>
Total	<u>271.808</u>

26. RESULTADO POR AÇÃO

De acordo com a norma internacional IAS 33 - Resultado por Ação, no quadro a seguir está demonstrada a reconciliação do lucro/prejuízo líquido com os valores utilizados para calcular o lucro/prejuízo líquido por ação básico e diluído:

	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>
Numerador básico e diluído-		
Alocação do prejuízo líquido do exercício para os acionistas	(33.016)	(77.542)
Denominador básico e diluído-		
Média ponderada de ações	22.687.439	19.687.439
 Prejuízo básico/diluído por ação - ON	 (1,46)	 (3,94)

27. SEGUROS

A controlada InterCement Brasil, suas controladas e controladas em conjunto mantém a política de contratar cobertura de seguros dos bens do imobilizado e estoques sujeitos a riscos de incêndio, roubos, danos materiais e lucros cessantes, de acordo com a avaliação da Administração. Os valores segurados por modalidade, conforme as apólices de seguros vigentes em 30 de junho de 2013 são os seguintes:

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Limite máximo de indenização</u>
Riscos nomeados	Novembro de 2013	R\$319.911.000
Veículos	Novembro de 2013	Variável de acordo com o item segurado
Responsabilidade civil geral	Novembro de 2013	R\$10.000.000
Transporte - importação	Abril de 2014	US\$10.000.000 por transporte marítimo ou aéreo e R\$1.000 para transporte rodoviário suplementar
Riscos de engenharia	Março de 2014	R\$202.377.000
Garantia	Março de 2018	R\$99.717.000

Os programas de seguros da Cimpor cobrem os seus riscos operacionais e de transporte, bem como a sua responsabilidade geral de terceiros, incluindo poluição súbita e acidental, produtos e responsabilidades do empregador para as seguintes operações e interesses locais: Portugal, Moçambique, Egito, África do Sul, Cabo Verde e dos bens pertencentes à anteriormente denominada Cimpor Cimentos do Brasil.

O Programa de Segurança para Danos Materiais e Interrupção das Operações está em vigor, com um limite combinado de indenização de t€150.000 por ocorrência. Além disso, o Programa de Cobertura para Terceiros compreende um limite de indenização de t€15.000 por ocorrência.

A subsidiária Cimpor Reinsurance, SA é uma companhia de seguros responsável pelo gerenciamento do risco operacional da CIMPOR. Esta entidade assume diretamente todos os riscos de danos materiais e quebra de máquinas, com limites de indenização de até t€3.000 por cada evento segurado e riscos de terceiros e produtos de até t€250 por evento segurado, em cada caso, o excesso é coberto por companhias de seguros estrangeiras.

28. AVAIS E FIANÇAS

A Companhia forneceu uma garantia para a subsidiária InterCement Brasil para garantir o integral cumprimento das obrigações resultantes da 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações no valor de R\$1.500.000.000 (t€520.346 em 30 de junho de 2013).

A controlada InterCement Brasil forneceu garantia para:

- O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para um contrato de empréstimo celebrado pela controlada Loma Negra e do BID, que consiste em uma linha de crédito no montante de até US\$125.000.000 (t€96.101 em 30 de junho de 2013), que será ser utilizado para modernizar e expandir as plantas na Argentina.
- O Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch - IBBA em 26 de março de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Austria Holding GmbH e o IBBA, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de US\$750.000.000 (t€576.608 em 30 de junho de 2013) destinado a usos corporativos gerais.
- O Banco do Brasil S.A., London Branch - BB em 17 de fevereiro de 2012, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controladora Cauê Austria Holding GmbH e o BB, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de t€460.193, destinado a usos corporativos gerais.
- O Banco Itaú - Unibanco S.A., New York Branch em 28 de julho de 2008, em decorrência do contrato de empréstimo firmado entre a controlada Loma Negra e o Banco Itaú, cujo objeto foi a concessão de crédito no montante de até US\$55.212.000 (t€42.448 em 30 de junho de 2013). O montante garantido pela Companhia foi de US\$125.000.000(t€96.101 em 30 de junho de 2013).
- A subsidiária Cauê Finance em 16 de julho de 2005, em decorrência do contrato de mútuo firmado entre a Companhia e a controlada Cauê Finance, cujo mútuo foi decorrente de “bonds” emitidos no exterior, no montante de US\$150.000.000 (t€115.322 em 30 de junho 2013).
- Financiamento para a compra imobilizado (Finame) estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados, no valor de R\$44.116.000 (t€15.304 em 30 de junho de 2013).

A subsidiária InterCement Brasil recebeu garantias para o seguinte financiamento :

- As debêntures emitidas em 14 de março de 2012, cujos recursos são usados para propósitos corporativos em geral e capital de giro , são garantidos por carta de fiança emitida pela InterCement Participações S.A. e InterCement Austria GmbH Participação Societária, e por penhor de 451.132.545 ações da Camargo Corrêa Cimentos Luxembourg S.a.r.l., no montante de R\$1.500.000.000 (t€520.346 em 30 de junho de 2013).
- O financiamento a ser utilizada na construção da Usina Hidrelétrica (UHE Estreito - CESTE) está garantido por penhor de recebíveis de concessão e garantia de Camargo Correa SA , no montante de R\$169.729.000 (t€58.878 em 30 de junho de 2013) .

- O financiamento captado em 6 de agosto de 2009, utilizado para aquisição de máquinas e equipamentos, está garantido por uma garantia de Camargo Correa SA , no montante de R\$23.508.000 (t€46.909) .
- A venda de direitos de mineração localizados em Itupeva, Estado de São Paulo, no montante de R\$30.000.000, com vencimento até dezembro de 2015, está garantida por uma garantia do Banco Bradesco AS.

Adicionalmente, outras empresas do Grupo oferecem garantias, principalmente para cobrir processos fiscais em curso, no valor de t€175.519 e ofícios e cartas de garantias relacionadas às responsabilidades já incluídos na posição financeira do Grupo em 30 de junho de 2013 no valor de t€175.519 e t€1.283.034, respectivamente.

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1. Objetivos da administração dos riscos financeiros

Os riscos críticos, associados às operações da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, vêm sendo gerenciados por metodologia própria.

Os riscos de natureza econômico-financeira referem-se, principalmente, às taxas de câmbio e de juros e à inadimplência de clientes.

A execução da gestão dos recursos é realizada pela Diretoria Financeira Corporativa e unidades de negócio, em conjunto com a controladora (CCSA), cujo Departamento de Tesouraria Corporativa presta serviços às empresas do Grupo, coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros e monitora os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto por meio de relatórios de riscos internos, que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto não contratam nem negociam instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos. O monitoramento do cumprimento das disposições contidas nas políticas é realizado por equipe da Diretoria Financeira Corporativa de gestão de riscos e auditoria e pelo corpo de auditores internos.

29.2. Gestão do risco de capital

A estrutura de capital da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados nas notas explicativas nº 14 e nº 15, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras, conforme apresentado na nota explicativa nº 21).

29.3. Categorias de instrumentos financeiros

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativos financeiros – custo amortizado:		
Caixa e bancos	239.437	192.640
Aplicações financeiras – ativo financeiro	312.215	737.495
Contas a receber	257.855	211.241
Partes relacionadas	1.065	2.299
Valor justo por meio do resultado:		
Fundos exclusivos	275.353	147.681
Derivativos	-	58
Passivos financeiros – custo amortizado:		
Debêntures	935.516	1.000.620
Empréstimos e financiamentos	3.016.863	2.955.506
“Medium-term notes”	34.797	68.916
Fornecedores	273.432	297.080
Juros a pagar	65.325	59.793
Valor justo por meio do resultado		
Derivativos	2.915	10.057

29.4. Ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado

O valor justo dos fundos exclusivos (mantidos para negociação) foi obtido por meio das informações disponíveis ao público, sem nenhum tipo de ajuste, sendo, portanto, classificado como nível 1, conforme definido na IAS 32 – Instrumentos Financeiros.

Derivativos

Em virtude das obrigações financeiras em moeda estrangeira assumidas pela Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, seguindo diretrizes estabelecidas pelos respectivos Conselhos de Administração, operações com instrumentos financeiros derivativos podem ser contratadas para minimizar riscos cambiais assumidos por obrigações financeiras e contas a pagar por importação de insumos produtivos, obedecendo aos níveis de exposição vinculados a esses riscos.

Em 30 de junho de 2013, a InterCement Brasil realizou diversas operações com instrumentos derivativos, do tipo “swap”, com o Banco Itaú BBA S.A. Nassau Branch – IBBA. Esses instrumentos consistem na troca dos juros e da variação cambial em dólares norte-americanos contratados nos empréstimos por uma correção relacionada à variação de 99,7% do CDI. As principais características são como segue:

<u>Data da contratação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Valor original do Empréstimo contratado em milhares de US\$ (*)</u>	<u>Taxa inicial</u>	<u>Valor do principal do Empréstimo em t € (*)</u>
07/01/2011	07/01/2013	3.094	0,6998	2.165
07/01/2011	07/01/2013	772	0,6943	536
28/07/2011	08/05/2013	1.455	0,6847	996
03/08/2011	08/05/2013	3.247	0,6893	2.238
18/08/2011	19/08/2013	6.767	0,6882	4.657
18/08/2011	19/08/2013	2.936	0,6912	2.029
09/05/2011	09/09/2013	1.577	0,7075	1.116
16/09/2011	23/09/2013	2.528	0,7280	1.840
23/09/2011	23/09/2013	<u>5.479</u>	0,6763	<u>3.705</u>
Total		<u>27.855</u>		<u>19.284</u>

(*) Os contratos de “swap” correspondem exatamente aos valores em dólares norte-americanos e reais, demonstrados na tabela anterior, com períodos de vencimento também idênticos. Portanto, os empréstimos estão contabilizados conforme a nota explicativa nº 13, como se a taxa contratada originalmente fosse 99,7% do CDI.

Em 15 de março de 2013, a controlada indireta Loma Negra pagou uma operação de swap contratada com o Banco JP Morgan Chase Bank NA, Sucursal Buenos Aires, cujo valor nocional é US\$7,25 milhões, equivalentes a R\$13.444 (t€5.070), considerando-se a taxa de câmbio em vigor na data da contratação, 15 de março de 2008. Este instrumento foi composto por troca de juros e variação cambial do dólar dos EUA para uma taxa de juros fixa de 7,25%. O ganho apurado no período de seis meses findos em 30 de junho de 2013 é de R\$344 (t€ 129).

Valor justo dos instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2013, o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é o seguinte:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Coberturas de “cash flow”-“Swaps” de taxa de juros	41	25
Trading- Derivativos de taxa de juros	-	<u>285</u>
Total	<u>41</u>	<u>310</u>

Alguns instrumentos financeiros derivativos, embora adequados à política de gestão de riscos financeiros da CIMPOR, no que diz respeito à gestão dos riscos de volatilidade dos mercados financeiros, não podem ser qualificados para contabilidade de cobertura e, por isso, são classificados como instrumentos de negociação (“trading”).

Na tabela a seguir está detalhado o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos contratados, passíveis de serem qualificados como de cobertura de valor justo e de fluxo de caixa em 30 de junho de 2013:

<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Valor nocional</u>	<u>Tipo de operação</u>	<u>Maturidade</u>	<u>Objeto econômico</u>	<u>Valor justo</u>
Cash flow	EUR 35.000.000	Swap	Junho de 2015	Cobertura de “cash flow” do juro do empréstimo bancário	(66)

O valor justo da carteira de instrumentos financeiros derivativos não qualificados como cobertura, em 30 de junho de 2013, tinha a seguinte composição:

Valor nominal	Tipo de operação	Maturidade	Objeto econômico	Valor justo
EUR 25.000.000	IRS com perna recebedora contingente	Junho de 2015	Redução dos custos financeiros do Grupo Cimpor - “swap” com opções vendidas em um índice de taxa de juro	(285)

29.5. Exposição cambial e detalhamento das operações com instrumentos financeiros derivativos

Risco de taxa de câmbio

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira, principalmente em dólar norte-americanos e pesos argentinos, e seus resultados podem ser significativamente afetados pela variação da taxa de câmbio.

Os principais grupos de contas atrelados à moeda estrangeira estão relacionados a seguir:

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativos:		
Caixa e equivalentes de caixa	168.505	126.225
Contas a receber	<u>1.070</u>	<u>71</u>
Ativo exposto	<u>169.575</u>	<u>126.296</u>
Passivos:		
Juros, empréstimos, financiamentos e debêntures	2.185.827	2.096.634
Fornecedores no exterior	<u>38.993</u>	<u>46.404</u>
Passivo exposto	<u>2.224.820</u>	<u>2.143.038</u>

29.6. Valores de mercado

Na Companhia e em suas controladas e controladas em conjunto, os empréstimos e financiamentos e outros passivos financeiros classificados como custo amortizado aproximam-se dos valores de mercado, mesmo aqueles contabilizados no não circulante, com exceção do empréstimo “medium-term notes” e do empréstimo com o BID, conforme a seguir:

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Valor justo	70.688	112.717
Valor contabilizado	72.641	115.955

29.7. Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão expostas a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às variações do IGP-M, do CDI, da LIBOR, do IPCA e da TJLP nos empréstimos e nas debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	<u>30.06.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativos:		
CDI	<u>354.462</u>	<u>191.940</u>
Passivos:		
IGP-M	7.605	13.259
CDI	960.864	580.669
EURIBOR	999.722	778.806
IPCA	741	989
LIBOR	1.717.897	1.642.801
TJLP	96.649	101.465
Outros	<u>19.643</u>	<u>26.553</u>
Total do passivo	<u>3.803.121</u>	<u>3.144.542</u>

29.8. Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com os critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência.

29.9. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 30 de junho de 2013, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros das variações de ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e daqueles expostos a variações do IGP-M, do CDI, do IPCA e da TJLP é conforme segue:

Operação	Risco	Cenários		
		1	2	3
Impacto do risco cambial:				
“Swaps”	Valorização do Real	(153)	(157)	(160)
Ativos:				
Caixa e equivalentes de caixa	Valorização do Real	13.939	10.454	6.970
Contas a receber	Valorização do Real	88	66	44

Operação	Risco	Cenários		
		1	2	3
Passivos:				
Juros, empréstimos e financiamentos	Desvalorização do Real	178.292	10.454	6.970
Fornecedores no exterior	Desvalorização do Real	3.217	2.960	2.703
<u>Exposição a índices variáveis</u>				
“Swaps”	Desvalorização da taxa	(127)	(106)	(71)
Aplicações de curto prazo - CDI	Desvalorização da taxa	32.610	24.458	16.305
Empréstimos e debêntures				
IGP-M	Aumento do Índice	148	185	222
CDI	Aumento do Índice	88.399	110.500	132.599
IPCA	Aumento do Índice	23	28	34
Libor	Aumento do Índice	11.375	14.219	17.062
URTJLP	Aumento do Índice	4.698	5.873	7.048
Euribor	Aumento do Índice	6.794	8.492	10.190

O cenário 1 reflete as estimativas do mercado financeiro para o cálculo dos valores futuros dessas transações. O cenário 2 considera uma valorização ou desvalorização da moeda brasileira (real - R\$) em relação ao cenário 1, quanto à moeda estrangeira, e índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25%, e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas anteriormente para o período de 12 meses findo em 30 de junho de 2014.

30. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

b) Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa

	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>
Capitalização de juros	2.927	3.379
Aquisição de imobilizado através de financiamento	2.035	3.766
Aquisição de intangível através de financiamento	-	3.437
Dívida líquida com a Votorantim	3.933	-
Aquisição de imobilizado que será pago futuramente	20.428	-
Aquisição de intangíveis que serão pagos futuramente	148	-

31. SEGMENTO OPERACIONAL

Os segmentos operacionais são identificados com base nos relatórios internos relacionados aos componentes do Grupo, periodicamente revistos pelo CEO, o principal tomador de decisões operacionais, de modo que os fundos podem ser alocados aos segmentos e suas performances podem ser avaliadas.

Para gerenciar seus negócios levando em consideração suas atividades financeiras e operacionais, o Grupo classificou seus negócios para a área geográfica em que opera.

As informações de resultado são as seguintes:

	30.06.2013				30.06.2012			
	Vendas e Serviços			Resultados	Vendas e Serviços			Resultados
	Vendas Externas	Vendas do segmento Inter	Total		Vendas Externas	Vendas Inter segmento	Total	
Segmentos Operacionais								
Brasil	617.507	-	617.507	152.263	339.953	8.099	348.052	67.438
Argentina e Paraguai	312.929	1.167	314.096	32.672	285.621	-	285.621	42.687
Portugal e Cabo Verde	104.431	46.266	150.697	(31184)	-	-	-	-
Egito	93.433	-	93.433	15.131	-	-	-	-
Moçambique	63.274	-	63.274	8.998	-	-	-	-
África do Sul	<u>57.562</u>	<u>1.595</u>	<u>59.157</u>	<u>10.158</u>	-	-	-	-
Total	<u>1.249.136</u>	<u>49.028</u>	<u>1.298.164</u>	<u>188.038</u>	<u>625.574</u>	<u>8.099</u>	<u>633.673</u>	<u>110.125</u>
Não alocado	49.395	93.459	142.854	(7.037)	225	-	225	(1.373)
Eliminações	-	(142.487)	(142.487)	-	-	(8.099)	(8.099)	-
Subtotal	<u>1.298.531</u>	-	<u>1.298.531</u>	<u>181.001</u>	<u>625.799</u>	-	<u>625.799</u>	<u>108.752</u>
Ações de resultados em empresas associadas				38				-
Lucro antes do resultado financeiro				181.039				108.752
As despesas financeiras líquidas				(186.221)				(164.167)
Lucro antes do imposto de renda				(5.182)				(55.415)
Imposto de renda				(27.834)				(22.127)
Lucro líquido para o período				(33.016)				(77.542)

O lucro líquido acima do Grupo inclui o valor total dos segmentos, sem levar em consideração os seguintes montantes atribuíveis a não controladores:

	<u>30.06.2013</u>	<u>30.06.2012</u>
Segmentos operacionais:		
Brasil	20.378	41
Argentina e Paraguai	(136)	(226)
Portugal	(5.426)	-
Egito	5.160	-
Moçambique	2.483	-
África do Sul	<u>5.361</u>	<u>-</u>
	<u>27.820</u>	<u>(185)</u>
Não alocado	(60.435)	-
Total	<u>(32.615)</u>	<u>(185)</u>

Outras informações do Grupo:

	<u>30.06.2013</u>			<u>30.06.2012</u>		
	Despesas com ativo fixo	Depreciação, amortização e perda de impairment	Provisões	Despesas com ativo fixo	Depreciação, amortização e perda de impairment	Provisões
Segmentos Operacionais						
Brasil	135.425	38.61	(182)	64.121	16.074	-
Argentina e Paraguai	33	12.786	-	29.055	13.451	(1.012)
Portugal	1	30.922	(1.500)	-	-	-
Egito	20	13.452	(7)	-	-	-
Moçambique	11	3.366	-	-	-	-
África do Sul	<u>1</u>	<u>6.322</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>201</u>	<u>105.458</u>	<u>(1.688)</u>	<u>93.176</u>	<u>29.525</u>	<u>(1.012)</u>
Não alocado	<u>328</u>	<u>2.076</u>	<u>155</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>-</u>
Total	<u>201.631</u>	<u>107.534</u>	<u>(1.533)</u>	<u>93.176</u>	<u>29.535</u>	<u>(1.012)</u>

Adicionalmente, os ativos e passivos, por segmento, reconciliados com o total consolidado em de 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, são os seguintes:

	<u>30.06.2013</u>			<u>31.12.2012</u>		
	Ativo	Passivo	Ativo Líquido	Ativo	Passivo	Ativo Líquido
Segmentos Operacionais						
Brasil	4.077.797	1.743.025	2.334.772	4.324.024	1.870.622	2.453.402
Argentina e Paraguai	664.527	547.868	116.659	667.79	474.517	193.273
Portugal	924.563	517.352	407.211	986.071	565.733	420.338
Egito	507.975	141.804	366.171	497.94	113.394	384.546
Moçambique	274.211	130.109	144.102	253.967	118.204	135.763
África do Sul	<u>375.673</u>	<u>55.774</u>	<u>319.899</u>	<u>441.007</u>	<u>65.256</u>	<u>375.751</u>
	<u>6.824.746</u>	<u>3.135.932</u>	<u>3.688.814</u>	<u>7.170.799</u>	<u>3.207.726</u>	<u>3.963.073</u>
Não alocados	1.213.471	2.903.433	(1.689.962)	828.201	2.541.417	(1.713.216)
Eliminações	(854.157)	(854.157)	-	(499.770)	(499.770)	-
Investimento em associadas	<u>8.211</u>	<u>-</u>	<u>8.211</u>	<u>8.374</u>	<u>-</u>	<u>8.374</u>
Total	<u>7.192.271</u>	<u>5.185.208</u>	<u>2.007.063</u>	<u>7.507.604</u>	<u>5.249.373</u>	<u>2.258.231</u>

Os ativos e passivos que não atribuíveis a segmentos reportáveis incluem: (i) os ativos e passivos de empresas que não são atribuíveis a segmentos específicos, substancialmente holdings e empresas comerciais, (ii) eliminações intragrupo entre segmentos, e (iii) investimentos em associadas.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em julho de 2013, a subsidiária CIMPOR assinou um contrato de arrendamento para moagem de cimento em Moçambique, com capacidade de 200.000 toneladas por ano, no valor de US\$29.191.000 (t€22.442).

Em 09 de agosto de 2013, a subsidiária InterCement Áustria Holding GmbH adquiriu 31.700.000 ações da CIMPOR do acionista controlador Camargo Corrêa SA, no valor t€97.953 por ações pelo seu valor de mercado. Essa operação resultou em um aumento de participação na CIMPOR de 65,96%.

33. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 31 de agosto de 2013, foi autorizada a conclusão das demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos até a data de aprovação, estando aprovadas para divulgação.
